

Presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo elaboram lista de matérias (atropeladas pela crise) a serem discutidas com os líderes partidários

Congresso define projetos que deve votar ainda neste ano

Senado

- ▶ Regras para edição de MPs
- ▶ Medidas para reduzir a burocracia
- ▶ Gestão de florestas públicas
- ▶ Recriação da Sudene

Câmara

- ▶ Reforma política
- ▶ Reforma tributária
- ▶ Lei Geral da Pequena Empresa
- ▶ Estatuto da Igualdade Racial

PÁGINAS 3 A 7

Valério imprimiu 80 mil notas fiscais frias

As duas agências de Marcos Valério imprimiram 80 mil notas fiscais frias, segundo informação da Polícia Federal. Já o TCU enviou à CPI dos

Correios mais de dez relatórios detalhando indícios de irregularidades nos Correios, nos contratos de publicidade do governo e no Banco do Brasil.

PÁGINA 8

Cobrança mais rápida de dívida judicial

PÁGINA 13

Bancada ruralista aprova relatório da CPI da Terra

PÁGINA 15

Um programa para beneficiar morador de rua

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

cidadania

Os riscos do aquecimento da Terra

PÁGINA 24



HEIKE GRASSER/GREENPEACE

Para muitos cientistas, fenômenos como as enchentes tendem a tornar-se mais frequentes por causa de mudanças no clima

gendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagenda

Transferência de crédito gera polêmica

A pauta de deliberações do Plenário foi trancada na terça-feira pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/05) proveniente da Medida Provisória 261/05, que abre crédito extraordinário para os ministérios da Previdência Social e da Saúde e para encargos financeiros da União, no valor de R\$ 2,13 bilhões. No entanto, o PLV aprovado pela Câmara rejeitou, desse montante, R\$ 1,2 bilhão, destinado ao Bolsa-Família.

Marcada por intensa polêmica na Câmara, a votação da matéria excluiu do texto da MP a transferência de R\$ 1,2 bilhão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o Ministério da Saúde. O argumento utilizado pelos deputados que não aprovaram a transferência é que esses recursos estariam indo para a pasta da Saúde somente para serem contabilizados na cota mínima constitucional de verbas dessa natureza que o governo federal tem de cumprir.

Isso porque o dinheiro em questão seria usado pelo Ministério da Saúde para o Bolsa-Família, na assistência ao pré-natal e à infância, vacinação e complementação alimentar de 4,1

milhões de crianças até seis anos. No entanto, esses recursos já estariam alocados para o mesmo programa e com o mesmo fim, só que no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é o coordenador do Bolsa-Família.

A questão se complica porque uma medida provisória tem força de lei, ou seja, seus efeitos vigoram desde a data de sua publicação. Assim, o governo pode gastar o dinheiro pelo Ministério da Saúde até que o projeto seja deliberado pelo Congresso, ainda que, ao final, a transferência não seja aprovada.

A MP também abre crédito no valor de R\$ 450 milhões para a Previdência Social. Os recursos serão usados no pagamento de sentenças transitadas em julgado até o mês de setembro no valor máximo de 60 salários mínimos devidos pela União a trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

A medida aloca ainda R\$ 483,4 milhões para indenizar pequenos produtores do Sul do país vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que foram atingidos pela estiagem, no final

de 2004. Outros R\$ 364 milhões já tinham sido destinados para o mesmo fim pela MP 257, mas foram considerados insuficientes pelo governo federal.

Três PECs estão prontas para ser votadas

Quando a pauta for liberada, três propostas de emenda à Constituição (PECs) estão prontas para votação em segundo turno, com todas as sessões de discussão transcorridas: a que concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção (PEC 31/00); a que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (PEC 29/02); e a que aumenta a extensão de áreas passíveis de serem transferidas por usucapião nas cidades com população inferior a 300 mil habitantes (PEC 9/03).

Também em pauta, para terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, está a PEC 64/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o presidente da República comparecer ao Congresso na abertura da sessão legislativa. Já a PEC 66/05, que atribui ao Senado competência para indicar dirigentes das agências reguladoras, foi incluída para a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Aumento no percentual do Fust para a educação

A Comissão de Educação (CE) deve discutir nesta terça-feira dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) que prevêem benefícios financeiros para segmentos do setor educacional. Com parecer favorável do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o PLS 351/04 propõe elevar de 18% para 30% o percentual mínimo de verbas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) destinadas à educação pública.

Ao justificar a proposta, Paim considerou a importância desses recursos para viabilizar a informatização de escolas públicas. Além de livrar milhares de estudantes carentes da exclusão digital, o uso de tecnologias de informação, como a Internet, ajudaria a reduzir as desigualdades na formação de estudantes e professores das redes pública e privada de ensino. A matéria será votada em decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

A outra proposta de Paim é o PLS 1/04, que obriga universidades e faculdades privadas a concederem, anualmente, desconto de 50% a 80% no valor de suas mensalidades a pelo menos 15% dos alunos matriculados em cada um de seus cursos de graduação. Esse abatimento poderá ser solicitado pelo estudante que comprovar renda familiar per capita inferior



Comissão de Educação examina projeto de Osmar Dias sobre regras para estágio

a um salário mínimo e meio. O projeto tem parecer pela aprovação, com emendas, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que oferece nova regulamentação para estágios, obrigatórios ou não, também será debatido pela CE (PLS 473/03). As novas regras devem valer para estudantes de ensino superior, educação profissional e ensino médio, incluindo aí educação de jovens e adultos e educação especial, e disciplinam a carga horária, que deve variar de 15 a 40 horas semanais; a duração máxima do vínculo entre estagiário e empresa (dois anos); o recesso de 15 dias a cada período de estágio igual ou superior a um ano; e a concessão de bolsa de estudo no valor mínimo de um salário mínimo.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

10h30 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

União de tecnologias – Ouve o presidente da Vivo no Brasil, Roberto Oliveira de Lima, sobre a convergência tecnológica nas comunicações.

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Estímulo aos maiores de 40 – Projeto estimula a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e aprimora a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e respectivas contas vinculadas (PLS 178/05).

Autor: senador Marcelo Crivella (PMR-RJ). **Relator:** senador Edison Lobão (PFL-BA).

11h – EDUCAÇÃO

Estágio – Projeto em discussão normatiza os estágios de estu-

dantes de instituições de educação superior, educação profissional e ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial (PLS 473/03). **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).



– Depoimento de Mara Gabrielli, irmã da empresária de transportes de Santo André Rosângela Gabrielli, que denunciou o esquema de corrupção na cidade ao Ministério Público e à CPI dos Bingos.

18h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Visto para estrangeiros – Audiência para discutir a isenção de visto de entrada no Brasil para turistas estrangeiros de países considerados prioritários para o turismo brasileiro. Participam os ministros do Turismo, Walfrido Mares Guia, das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, além de representantes do setor.

QUARTA-FEIRA

10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cidadania – Audiência pública para discutir o relatório da ONG Social Watch/Observatório da Cidadania sobre o Brasil, com a presença da coordenadora do relatório, Fernanda Lopes Carvalho, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, e do professor de Ciência Política Paulo Sérgio Pinheiro.

9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Florestas – Projeto em pauta altera o Código Florestal, para responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente situadas em áreas privadas (PLS 201/03). **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

10h30 – CPI DOS BINGOS

Corrupção em Santo André (SP)

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h – Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa. Pauta trancada

Créditos para Saúde e Previdência

– Tranca a pauta de votações a Medida Provisória 261/05, que liberou pouco mais de R\$ 2 bilhões para os ministérios da Previdência Social e da Saúde.

QUARTA-FEIRA

11h – Sessão especial

Homenagem – Sessão para assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain.

14h – Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Vo-

tações dependem da liberação da pauta. Caso seja liberada, os parlamentares podem votar a proposta de emenda constitucional que

obriga o presidente da República a comparecer à sessão de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99). Atualmente, a presença do presidente só é

obrigatória na abertura da legislatura, a cada quatro anos, em que o Congresso é renovado pelas eleições. **Autor:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

QUINTA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Vo-tações dependem da liberação da pauta.

SEXTA-FEIRA

9h – Sessão não-deliberativa



CONGRESSO Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados sugerem matérias para votação ainda em 2005

Renan e Aldo definem pauta urgente

Em reunião realizada na manhã da última terça-feira, os presidentes do Senado e da Câmara, senador Renan Calheiros e deputado Aldo Rebelo, definiram uma lista de matérias que serão sugeridas aos líderes partidários para serem votadas até o fim do ano, podendo ser inclusive deliberadas entre o Natal e o Ano-Novo.

– Nosso objetivo é resgatar matérias que não foram votadas porque foram atropeladas pela crise política, disse Renan Calheiros, em entrevista coletiva.

Na lista das matérias que o Senado deverá votar estão a proposta que muda o rito na tramitação das medidas provisórias, a que define um marco regulatório para o gás, a que regulamenta o pagamento dos precatórios, a que prevê a desburocratização dos serviços públicos, o projeto que recria a Sudene, o que prevê a gestão sustentável das florestas públicas e a reforma infraconstitucional do Código de Processo Civil, inclusive com medidas que prevêm o uso do meio eletrônico nos processos.

Entre as propostas de iniciativa das duas Casas do Congresso, Renan listou a política nacional



Salário mínimo, segurança, apreciação de vetos e créditos compõem assuntos ainda para 2005

do salário mínimo, a sistematização das propostas de segurança pública e a apreciação de vetos e créditos.

Segurança é uma das prioridades no Senado

Quanto à sistematização das propostas que aumentam a segu-

rança da população, Renan disse que o propósito dos dirigentes do Congresso é votar ainda este ano tudo o que for consenso na área de segurança pública, “em função do agravamento da insegurança”. Também para isso será designada uma comissão que fará a sistematização das propostas,

composta pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e César Borges (PFL-BA) e pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Alberto Fraga (PFL-DF).

Entre as matérias que tramitam na Câmara, estão listadas como prioridade as reformas política e tributária, a Lei Geral da Micro

e Pequena Empresa, as propostas que criam a Timemania e o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação), o projeto da Super-Receita, o do Estatuto da Igualdade Racial e o que pune com mais rigor a violência doméstica.

Sobre as propostas que serão votadas no Senado, Renan disse que a questão dos precatórios está em várias propostas e suscitou diversos modelos de solução. “O fato é que o precatório perdeu a eficácia. O direito não existe senão no papel. E o Supremo Tribunal Federal não pode conceder os pedidos porque os municípios e os estados não têm condições de pagá-los”, assinalou.

Ele sublinhou que a lista resultante da reunião realizada com Aldo Rebelo consiste em sugestões para os líderes partidários. “Nosso objetivo é debater essa agenda até o fim do ano, inclusive nos dias que vão do Natal até o Ano-Novo. Faremos tudo para votar essas matérias. E se for necessário haver convocação para que tenhamos as respostas que a sociedade cobra, nós vamos tê-la”, afirmou.

Câmara

REFORMA POLÍTICA (PEC 446/05)

– O substitutivo do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) adia para 31 de dezembro o prazo para alterações no processo eleitoral, assimilando temas do PL 2.679/03, aprovado pela comissão especial da Câmara, e partes do PLS 275/05, aprovado pelo Senado. A PEC 548/02 acaba com a verticalização das coligações eleitorais. Leia mais nas páginas 4 e 5.

LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

– Trata-se de sugestão do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) incorporada a diversos projetos de lei que estão sendo analisados pela Comissão Especial da Microempresa. O relatório do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), pela aprovação desses projetos, aguarda a votação pela comissão. Leia mais na página 6.

FUNDEB (PEC 415/05)

– PEC do Executivo cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) englobando ensinos fundamental, infantil, médio e educação de jovens e adultos. O Fundeb deverá substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

– O projeto que cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e encaminhado à Câmara em 25 de novembro. O estatuto prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades de mercado de trabalho e institui o sistema de cotas nas universidades públicas.

REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 285/04)

– Vem sendo aprovada de forma fatiada desde 2003. Tramitam no Congresso PECs com partes da proposta original. A principal é a PEC 285/04, centrada no ICMS. Desde 2004, a matéria está em discussão, mas os deputados não chegaram a um acordo sobre o aumento de um ponto percentual nos repasses para o Fundo de Participação dos Municípios.

TIMEMANIA

– O Projeto de Lei 5.524/05, do deputado Pedro Canedo (PP-GO), cria a loteria Timemania, que repassará 25% dos recursos arrecadados para os clubes de futebol. O projeto foi aprovado pelas comissões de Turismo e Desporto, e de Constituição e Justiça, e está sendo analisado pela de Finanças e Tributação. Também aguarda deliberação do Plenário.

PL DA SUPER-RECEITA

– A proposta foi negociada entre governo e oposição depois que a MP 258/05, sobre a fusão entre as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária perdeu a validade ao não ter sua votação concluída pelo Congresso. Um projeto retomando as idéias da MP foi entregue à Câmara pelo Executivo em 28 de novembro. Leia mais na página 7.

PROJETO QUE ESTABELECE MEDIDAS CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

– Em 29 de novembro, a Câmara aprovou requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei 4.559/04, do Poder Executivo, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e institui juizados específicos para o julgamento de ações relacionadas ao tema.

Senado

RITO DE TRAMITAÇÃO DAS MPS

– Entre as propostas existentes, tramitam em conjunto na CCJ do Senado as PECs 69/03, 14/04 e 21/04. A PEC 21 cria nova sistemática de edição de medidas provisórias pelo presidente da República; a 14/04 prevê que lei complementar fixe os pressupostos de urgência; e a PEC 69/03 veda a edição de MP referente a matéria rejeitada na mesma legislatura.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS PÚBLICAS

– O projeto de lei que regula a exploração de florestas públicas (PLC 62/05) – de autoria do Executivo – tramitava em regime de urgência, mas mensagem do presidente Lula cancelou a urgência em outubro para liberar a pauta do Plenário. O projeto retornou à CCJ, onde aguarda a redação do texto aprovado em lugar de substitutivo que foi rejeitado.

DESBUROCRATIZAÇÃO

– O presidente do Senado, Renan Calheiros, criou em setembro o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação. A comissão, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), deve estudar maneiras de facilitar as relações do Estado com cidadãos e empresas. Também deve propor medidas para tratamento jurídico diferenciado para pequenas empresas.

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

– Entre os assuntos que aguardam apreciação pelo Plenário do Senado, está o PLC 52/04, que torna obrigatório o cumprimento da sentença (execução) que condena ao pagamento de quantia certa no mesmo processo de julgamento do mérito, gerando economia processual e de tempo para o beneficiado pela decisão.

MARCO REGULATÓRIO DO GÁS

– O PLS 226/05, de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), tramita em conjunto com os PLSs 100 e 101/04, de Marcelo Crivella (PMR-RJ), e aguarda na CCJ o relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Dispõe sobre importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural.

PRECATÓRIOS

– Proposta em tramitação no Senado regulamenta o pagamento de precatórios, que são uma forma de quitação de dívidas judiciais contra pessoas jurídicas de Direito Público (como União, estados e municípios). O mecanismo é usado porque bens públicos não podem ser penhorados. Mas vem dando margem para que governantes deixem de quitar suas dívidas judiciais.

SUDENE

– A recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por meio de projeto de lei complementar, será votada esta semana na CCJ e depois segue para a CAE. Na CDR a matéria recebeu 11 emendas, entre elas a que institui o banco de investimentos BNBP, a ser operado pelo Banco do Nordeste, para captar recursos para projetos na região.

Senado e Câmara têm prioridades conjuntas

Além das matérias que os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, anunciaram como prioritárias para cada Casa, outros assuntos terão tratamento especial, como a política nacional do salário mínimo, alvo de discussão em época de definição do Orçamento, e a sistematização de propostas para segurança pública.

REFORMA ELEITORAL O repúdio à vinculação das coligações não basta para garantir alterações até o fim do ano

Partidos divergem sobre mudanças



As dificuldades para o Congresso votar uma reforma política continuam, apesar da crise e do empenho para aprovar as propostas em tramitação, anunciado na última semana pelos presidentes da Câmara e do Senado. As razões para tanto são as mesmas dos anos anteriores: trata-se de mudanças polêmicas, que não obtêm o mínimo de consenso entre os políticos e colocam em risco a sobrevivência eleitoral de partidos e parlamentares, uma vez que as regras pelas quais foram eleitos seriam alteradas.

Mais difícil ainda é vigência de qualquer alteração para as eleições de 2006, tendo em vista que juristas e entidades questionam a possibilidade de alterar a norma do artigo 16 da Constituição, que determina que as regras eleito-

rais têm de entrar em vigor pelo menos um ano antes do pleito (princípio da anualidade).

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), a verticalização é a única alteração que ainda tem alguma chance de acontecer para as eleições do próximo ano. Seu partido, admitiu, não fechou posição acerca do assunto. Assim como o PT, o PSDB deve ter candidato competitivo para a Presidência em 2006. Esses candidatos com possibilidades de estabelecer coligações na eleição para presidente da República preferem deixar as regras como estão, ou seja, de acordo com a interpretação da legislação partidária e eleitoral feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro de 2002.

Por isso, PT e PSDB são acusados pelos demais partidos de impedir o fim da verticalização, abrigando parlamentares contrários à proposi-

ta de emenda à Constituição (PEC 548/02) que permite coligações estaduais diferentes das nacionais, em tramitação na Câmara.

Com base nesses fatos, Virgílio avalia que qualquer um pode obstruir ou bloquear a votação de uma PEC nesse sentido, que tem tramitação mais complexa que os projetos de lei (*veja matéria*).

Assim, é possível que nem mesmo a maioria que defende a liberdade para fazer coligações no PMDB, PFL ou nos partidos médios (PL, PP e PTB principalmente) teria força para obter os três quintos de votos necessários para aprovar a PEC na Câmara (308 votos), situação que seria ainda mais difícil no Senado (49 votos). A proposta original, de autoria do ex-senador Bernardo Cabral, já fora aprovada pelos senadores, mas terá que voltar à Casa para nova análise caso seja aprovado substitutivo na Câmara.



O líder do PSDB, Arthur Virgílio, admite dificuldades para votar o fim da verticalização e diz que seu partido não fechou posição

Maioria condena coligações iguais

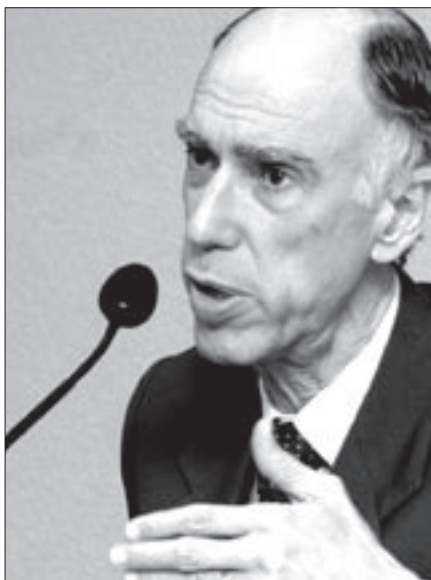
Com exceção de PT e PSDB, a maioria dos partidos está disposta a acabar com a verticalização. Mas o fim do prazo para mudar as regras eleitorais – 30 de setembro –, a necessidade de aprovar uma PEC até o fim do ano e a resistência de governistas e tucanos reduz a força dessa maioria.

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), reforça essa análise: favorável ao fim da verticalização, tem dúvidas se é possível mudar as regras no atual contexto político. Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) reconhece a verticalização como um tema "meramente eleitoralista", sustentado por PT e PSDB.

Reconhecendo as resistências, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) ainda espera que a Câmara aprove a PEC 548/02. "O governo tem agido como se o Brasil fosse uma ilha homogênea e não uma federação de estados. Querem impor a obrigatoriedade na reprodução das alianças formadas para a eleição

presidencial", assinalou.

Garibaldi explicou que, na essência, é favorável à verticalização, mas, na prática, acha impossível acomodar conflitos e interesses locais ignorados pelas cúpulas partidárias. Ele disse que gostaria de ver a volta de partidos com expressão nacional, como os extintos PSD e UDN, e defendeu uma reforma política profunda, que fortaleça os partidos.



Marco Maciel: vinculação eleitoral desrespeita princípio federativo

Nesse sentido, o presidente do Senado, Renan Calheiros, critica quem defende a regra em vigor. "Defender a verticalização sem uma reforma política, na prática, é defender a verticalização do caos", declarou.

O senador César Borges (PFL-BA) cobra com veemência a retomada, pelo Congresso, de sua prerrogativa de legislar sobre o assunto, até porque o tema é eminentemente político, envolvendo assuntos federativos.

– Uma matéria de interesse do governo federal pode contrariar interesses estaduais. Dessa forma, levando em consideração o quadro partidário brasileiro, a verticalização não faz sentido – argumenta o senador, que também acusa as resistências no governo do PT e no PSDB pela manutenção da verticalização.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) também entende que a verticalização desrespeita o princípio federativo. "A sucessão no estado, que é um problema local, fica condicionada a uma questão nacional. Isso é incompatível com a organização partidária brasileira", sustentou.

Tramitação é longa e não deve ser concluída no prazo exigido

As duas PECs que alteram a legislação político-eleitoral estão na Câmara, prontas para o Plenário, mas precisam ser aprovadas em dois turnos por pelo menos 308 deputados. Depois, as PECs seguem para o Senado, onde recebem pareceres da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e podem ser alvo de pedidos de vista. Há um rígido cronograma a cumprir, que prevê, por exemplo, prazo entre a aprovação em 1º e

2º turnos no Plenário, com um mínimo de 49 votos. Só um acordo amplo e unânime dos líderes pode acelerar a tramitação.

Dadas as pautas do Congresso, do Senado e da Câmara neste fim de ano, que incluem votação de medidas provisórias, o tempo para votar as PECs é muito exíguo, especialmente a PEC 446-A/05, que permite alteração das regras eleitorais de 2006 apenas até 31 de dezembro deste ano.

O que é a verticalização

Somente a PEC 548/02 pode restaurar a autonomia dos partidos políticos para fazer coligações federais, estaduais ou municipais. Atualmente, vale a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, em fevereiro de 2002, considerou inconstitucional artigo da Lei Eleitoral (9.504/97) determinando que a coligação feita pelos partidos no plano federal deveria ser repetida nos estados.

A inconstitucionalidade do dispositivo em vigor até então,

que dava liberdade aos diretórios dos partidos nos estados, se deve, segundo o TSE, ao fato de a Constituição estabelecer que os partidos têm "caráter nacional". Daí a palavra verticalização: a deliberação do partido em cima, ou seja, no diretório nacional, deve ser respeitada em baixo, no diretório estadual. O TSE abriu a possibilidade de, nos estados, os partidos deixarem de fazer as mesmas alianças definidas nacionalmente, mas sem fazer coligações diferentes.

O que determina o artigo 16

"A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência." Segundo a jurista Carmen Lúcia Antunes Rocha, coordenadora do Fórum pela Moralidade Eleitoral da OAB, o período de um ano foi definido pela Constituinte como necessário para a divulgação das medidas e a execução das providências necessárias para organizar as eleições, inclusive pela Justiça Eleitoral.

Alterações eleitorais serão questionadas no Supremo

Mesmo que o Congresso consiga mudar as regras eleitorais para o pleito de 2006, elas serão questionadas por ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ação já foi anunciada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), para as quais a regra constitucional determinando que as normas eleitorais estarão em vigor pelo menos um ano antes da votação não pode ser desrespeitada.

Para elas, esse princípio, inscrito no artigo 16 da Constituição, não pode ser mudado nem mesmo por uma PEC, como a do senador Tasso Jereissati (PSDB-

CE) ou a do deputado Ney Lopes (PFL-RN), que possibilitam, excepcionalmente, reformas na lei eleitoral até o fim deste ano.

Na Câmara, a PEC de Ney Lopes (446-A/05) foi incluída entre as propostas prioritárias a serem votadas ainda este ano (*veja matéria*). Mas, por já contar com dificuldades jurídicas, o próprio autor encaminhou consulta ao TSE sobre a constitucionalidade de sua proposta. O tribunal, porém, deve esperar um posicionamento do STF sobre alguma Adin, tendo em vista que se trata de matéria constitucional.

Para o senador Marco Maciel, não há dúvida: a PEC que acaba com a verticalização pode valer já nas próximas eleições,

justamente por se tratar de uma alteração constitucional.

Artigo da Constituição impede mudanças

Na opinião do promotor eleitoral Thales Tácito Cerqueira, consultado pela Conamp, o artigo 16 existe justamente para que as regras do jogo não sejam mudadas de forma casuística "no meio do campeonato". Não se pode aplicar a teoria de que "os fins justificam os meios se for para o bem da Humanidade", observa ele.

A jurista Carmen Lúcia Antunes Rocha, coordenadora do Fórum pela Moralidade Eleitoral da OAB, entende que alterações no artigo 16, essencial para que todos tomem conhecimento das regras

do jogo democrático, ferem o princípio da segurança cívica.

– Esse princípio é a segurança que se tem de uma legislação que vai prevalecer em uma determinada eleição, com as regras previamente estabelecidas e conhecidas. Essa é a razão pela qual não podemos aceitar uma legislação voltada para um caso específico, que não seja de interesse do cidadão. Se cada vez que o Congresso decidir que não vai atuar no momento propício, que seria até o dia 30 de setembro, aceitar abrir este prazo, estaremos diante de uma situação em que qualquer mudança pode ser feita. E tais mudanças não serão em benefício, mas em detrimento da cidadania – afirma a jurista.

REFORMA ELEITORAL Câmara discute PEC que dilata o prazo para adoção de novas regras já em 2006

Última chance para mudar lei eleitoral



Além do fim da verticalização, a Câmara tenta aprovar outra PEC que permite altera-

ções nas regras eleitorais para 2006 até o fim deste mês (o prazo se encerrou em 30 de setembro). O substitutivo do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) à PEC 446/05, do deputado Ney Lopes (PFL-RN), aproveitou para incorporar idéias de projetos de lei reforma política, com tramitação avançada na Câmara.

A proposta de Barbieri (PEC 446-A/05) prevê a implementação, para as eleições de 2008, de listas preordenadas nas eleições proporcionais, financiamento público de campanha, federações partidárias, redução da cláusula de barreira, controle dos gastos eleitorais e limites à divulgação de pesquisas. Os assuntos, já analisados pelo Senado, eram tema de projeto de lei aprovado pela Comissão Especial da reforma política e pela CCJ da Câmara.

Barbieri aproveitou partes do projeto acolhido pelo Senado, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que proíbe a distribuição de brindes, showmícios, camisetas e pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito.

“Se não conseguimos sequer



Proposta que a Câmara tenta aprovar até o fim do ano assimilou partes do projeto de Bornhausen que limita a propaganda política

votar a quebra da verticalização, que é quase consensual, como vamos conseguir votar um substitutivo que traz tantas alterações? Perdemos o prazo para fazermos a reforma e temos que assumir essa responsabilidade”, afirma o deputado Inaldo Leitão (PL-PB), para quem a Consti-

tuição não deve ser alterada em nome da reforma política.

Por outro lado, o deputado João Almeida (PSDB-BA) entende que a reforma, aguardada há muito, não pode mais esperar, tendo em vista a crise que tem origem em falhas nas leis eleitorais. (Com Agência Câmara)

A receita do TSE contra o caixa dois

A proposta para inibir a prática de caixa dois nas eleições, entregue pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, ao Senado, foi apresentada em forma de quatro projetos de lei assinados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos líderes dos partidos com representação na Casa. Os projetos já estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As medidas têm como principal objetivo garantir dois direitos básicos do povo brasileiro: a lisura das disputas eleitorais e a legitimidade dos mandatos obtidos pelos políticos. Para isso, entre outras sugestões, as propostas mudam as normas sobre doações e prestações de contas por candidatos e partidos, punindo com até oito anos de prisão a prática de caixa dois, uma das principais irregularidades encontradas pelas CPIs. Veja abaixo uma sinopse de cada projeto.



As propostas entregues ao Senado pelo presidente do TSE, Carlos Velloso, foram transformadas em quatro projetos de lei

Propostas do tribunal que já estão na CCJ do Senado

- **PLS 389/05** - Propõe novos mecanismos para combater crimes eleitorais como a oferta de alimentos gratuitos e o uso ilícito de dinheiro nas campanhas. Para isso, inclui penas mais severas: três a dez anos de prisão, cassação de mandato e perda dos direitos políticos. Se aprovado logo, as determinações do projeto podem valer já para a eleição de 2006, uma vez que não diz respeito ao processo eleitoral. Atualmente, os réus são geralmente sentenciados a apenas um ano e acabam se livrando da cadeia porque quase sempre são primários. Outra novidade do

projeto é a tipificação do crime da pessoa jurídica, como partidos políticos.

- **PLS 390/05** - Determina que um candidato eleito perderá o mandato assim que houver decisão em segunda ou única instância, uma forma de evitar manobras protelatórias de candidatos acusados. Hoje, eles só perdem os mandatos depois que receberem sentença na última instância. Detalhe: condenações por improbidade administrativa passarão a ser causa de inelegibilidade de candidatos.
- **PLS 391/05** - Possibilita que a Justiça Eleitoral julgue as contas de campanha

antes da diplomação dos candidatos eleitos, o que evitaria que o eleito tomasse posse sob suspeição. Pelo projeto, a Justiça também poderá abrir investigações de contas a qualquer momento por provocação do Ministério Público, de partido político ou do próprio candidato, medida que inclui os derrotados nas eleições. Mais que isso, somente ao término do mandato do eleito se considerará transitado em julgado, ou seja, definitivamente encerrado, o processo referente à prestação de contas de sua campanha.

- **PLS 392/05** - Fixa regras para concessão de incentivos fiscais a quem doar dinheiro para partidos políticos. As mudanças visam estimular o financiamento lícito de campanhas e agremiações partidárias. As doações seriam limitadas a 2% do lucro das empresas e teriam de ser feitas em cheque nominativo. No caso de pessoas físicas, as doações teriam o limite imposto para obter incentivo fiscal: 6% do imposto devido. O projeto proíbe concessionárias de serviço público de fazer doações, assim como entidades ou governos estrangeiros, sindicatos e órgãos públicos.

O que o substitutivo em exame na Câmara prevê

Fidelidade partidária e coligações

A partir de 2007, o parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito perderá o mandato caso se filie a outro. Ficam proibidas as coligações para as eleições proporcionais. Atualmente, o eleitor pode dar o voto para um candidato de um partido e ajudar a eleger outro. Medidas tendem a fortalecer os partidos.

Listas fechadas

As listas de candidatos de cada partido para eleições proporcionais (deputados e vereadores) devem ser fechadas e ordenadas nas convenções. Assim, o voto vai para a lista da legenda e não mais para os candidatos.

Quociente eleitoral

Partidos ou coligações que não alcançarem o quociente eleitoral em eleições proporcionais podem ter acesso às vagas não ocupadas com a aplicação do quociente partidário, o que hoje não é possível. O quociente eleitoral é determinado pela divisão do número de votos válidos pelo número de vagas em disputa. Já o quociente partidário é obtido a partir da divisão do número de votos válidos dado para a legenda pelo quociente eleitoral.

Federação partidária

Dois ou mais partidos poderão se reunir em federação até quatro meses antes das eleições. Ela atuará como uma única agremiação e terá que se manter unida por pelo menos três anos. A medida foi sugerida para que pequenas legendas possam ultrapassar a cláusula de barreira.

Cláusula de barreira

Há dez anos, ficou estabelecido que o partido que não conseguir, nas eleições de 2006, 5% da votação nacional para deputado federal e pelo menos 2% dos votos para o cargo em nove estados não terá funcionamento parlamentar, ou seja, não terá bancada, líder ou representação nas comissões. Tampouco terá acesso a fundo partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV. O substitutivo reduz a exigência para pelo menos 2% dos votos apurados na eleição de 2006 para a Câmara, distribuídos em nove estados, com um candidato eleito em cinco desses estados.

Financiamento público de campanha

O substitutivo proíbe o uso em campanhas de recursos do fundo partidário, de partidos, de federações partidárias e de pessoas físicas e jurídicas. As penas para quem descumprir a determinação incluem a perda da cota do fundo partidário em 2007 e a cassação do registro da lista partidária ou dos diplomas dos candidatos ou a cassação do registro ou do diploma do candidato. O financiamento ficaria a cargo do Tesouro Nacional. Para isso, o Orçamento de 2006 deverá prever os recursos, equivalentes ao número de eleitores no dia 23 de outubro de 2005 (pouco mais de 100 milhões) por R\$ 8 (cerca de R\$ 800 milhões). O TSE faria a distribuição dos recursos aos diretórios nacionais dos partidos em dez dias, da seguinte forma: 1%, dividido entre partidos registrados no TSE; 14%, divididos entre partidos e federações com representação na Câmara; 85%, divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de deputados federais que elegeram em 2002.

Propaganda limitada

Para evitar o abuso nas campanhas, fica proibida propaganda política em carros de som, outdoors, showmícios ou referência a candidato em apresentações artísticas, fixação de placas e outros objetos em locais públicos ou pinturas de muros. O período de propaganda eleitoral seria iniciado no dia 17 de agosto, e não mais em 5 de julho.

(Quadro elaborado com informações da Agência Câmara)

MICROEMPRESA Congresso poderá votar ainda neste fim de ano a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

A hora e a vez do pequeno negócio

Em reunião na manhã de terça-feira passada, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, incluíram a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa na lista de matérias prioritárias que devem ser votadas no Congresso até o fim do ano – o que pode acontecer inclusive entre o Natal e o Ano Novo.

O objetivo da lei é melhorar a vida dos pequenos empresários por meio de medidas como redução de impostos, desburocratização para abrir e fechar negócios, desoneração das exportações, facilidades para participar de licitações e redução de encargos trabalhistas.

Para o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), presidente da comissão especial do Senado que estuda alternativas para reduzir a burocracia no país, se a Câmara aprovar a proposta até o dia 15 de dezembro, já com a negociação antecipada com os senadores, é possível que ela seja aprovada no Senado até 31 de dezembro.

– Chegamos à conclusão de que na lei geral está o segredo da desburocratização. Então vamos tentar negociar com a Câmara para ganhar tempo e evitar que, ao chegar ao Senado, o projeto sofra modificações – disse.

Renan Calheiros recebeu no dia 10 de novembro um manifesto, contendo mais de cem mil assinaturas de pequenos empresários paulistas, em apoio à aprovação da lei. O documento foi entregue pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e outros empresários.

A lei, quando aprovada, deverá ser o resultado de sugestões do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) somadas ao relatório do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) sobre diversos projetos de lei que estão sendo analisados pela Comissão Especial da Microempresa na Câmara.

Benefício pode atingir 99% das empresas

De acordo com as entidades que representam os empresários, a lei pode beneficiar 99% das empresas em atividade no Brasil. O argumento é reforçado pelo último levantamento sobre a atividade econômica realizado pelo IBGE, em 2002. O estudo mostra que, dos 4,9 milhões de empresas formais que atuam no país, 93,6% são microempresas e 5,6% negócios de pequeno porte. Estima-se que essa fatia do empresariado seja responsável por 20% do PIB nacional.



Empresários estiveram algumas vezes no Congresso para se manifestar em favor do projeto

Os defensores da lei argumentam ainda que sua aprovação poderá tirar um número muito grande de empresas da informalidade e, com isso, aumentar a arrecadação tributária anual em até R\$ 7,7 bilhões, nas três esferas de poder – União, estados e municípios. O cálculo foi feito por especialistas do Sebrae e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apresentado no dia 22 de novembro à Comissão da Microempresa da Câmara. Os

números apresentados, na avaliação do deputado Hauly, facilitam as negociações com o governo federal e os estados para permitir a aprovação da lei.

Outro argumento em favor da lei diz respeito à geração de empregos. Segundo o Sebrae, os pequenos negócios geram 57% dos empregos no Brasil e promoveram 95% das novas contratações nos últimos dois anos. Além disso, estima-se que 58% da população economicamente

ativa trabalhe sem carteira assinada. A expectativa é que a nova lei ajude a tirar da informalidade boa parte desse contingente.

Apesar de sua importância, os negócios de pequeno porte nunca obtiveram o devido reconhecimento. Para dar uma idéia, somente em 1984 a legislação instituiu o termo "microempresa". Já o Simples, criado para simplificar o recolhimento tributário pelos pequenos empresários, não tem nem dez anos.

Supersimples engloba oito tributos

Atualmente são consideradas microempresas aquelas com receita anual de até R\$ 120 mil e pequenas empresas as que faturam até R\$ 1,2 milhão. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, como foi proposta pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), prevê o aumento desses tetos para R\$ 480 mil e R\$ 3,6 milhões, respectivamente. Mas o Poder Executivo avalia que tais limites são muito elevados, por causa do impacto negativo que eles podem ter na arrecadação de impostos ao expandir o universo de empresas com benefícios fiscais. Por isso, o governo defende tetos de R\$ 240 mil para as microempresas e R\$ 2,4 milhões para as pequenas.

Sejam quais forem os tetos aprovados, as empresas que se

enquadrarem obterão incentivos fiscais por meio do chamado Simples Nacional, ou Supersimples. Com a criação desse sistema, os pequenos empresários passarão a pagar na mesma guia as contribuições federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI, Contribuição Social e INSS sobre a folha de salários), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). Segundo o relator da Lei Geral na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly, o Supersimples substituirá integralmente o Simples atual, instituído pela Lei 9.317, de 1996.

Outra proposta que poderá ser incluída na nova lei visa reduzir o número de documentos solicitados e agilizar os procedi-

mentos para abertura e baixa de empresas. Espera-se que esses procedimentos, que hoje levam meses, passem a não consumir mais que um par de dias. O pulo do gato deverá ser a criação de um cadastro único para micro e pequenas empresas. Com isso, o pequeno empresário inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ficará dispensado de solicitar as inscrições estaduais, municipais e da Previdência Social.

Além disso, as pequenas empresas que exportam poderão ficar isentas de impostos. Hoje elas pagam todos os tributos relativos às exportações e não usufruem nenhum tipo de incentivo conquistado por empresas de maior porte.

Outra sugestão do Sebrae diz respeito à redução dos encargos trabalhistas. Ela prevê a redução, em 75% para as microempresas e em 50% para as pequenas, do depósito exigido para apresentação de recursos aos tribunais trabalhistas. Atualmente, elas têm que depositar o mesmo que as grandes e médias empresas.

O projeto também facilita o crédito bancário e destina 20% dos recursos governamentais de tecnologia para micro e pequenas empresas. Garante ainda tratamento preferencial em licitações públicas. Por exemplo, elas poderão dispor de vantagens para compras de até R\$ 50 mil.

Pequena empresa que exporta pode ficar isenta de impostos

Principais pontos sugeridos para a nova lei

Como é hoje	Como ficará
O Simples vale apenas para tributos federais	O Supersimples terá abrangência federal, estadual e municipal
Limite de receita anual para adesão ao Simples é de R\$ 120 mil para as microempresas e R\$ 1,2 milhão para as pequenas	Limite de receita será de R\$ 480 mil para as microempresas e R\$ 3,6 milhões para as pequenas
Alguns tipos de empresa, como as prestadoras de serviço, não podem aderir ao Simples	Todas as empresas com faturamento de até R\$ 3,6 milhões poderão aderir ao Simples, independentemente do segmento de atuação
A inscrição de uma empresa é obrigatória nas esferas federal, estadual e municipal, além da Previdência Social	Empresas com inscrição no CNPJ serão dispensadas de apresentar outros documentos e solicitar inscrições estaduais, municipais e na Previdência
A abertura ou fechamento de uma empresa pode levar até cinco meses	Tais procedimentos poderão ser realizados em 48 horas
Micro e pequenas empresas pagam todos os impostos incidentes sobre o que exportam	Não haverá incidência de tributos sobre exportações de micro e pequenos negócios
Negócios de pequeno porte não têm vantagens para participar de licitações públicas	Micro e pequenos empreendimentos terão vantagens em licitações com valor de até R\$ 50 mil
Pequenos empresários são obrigados a depositar os mesmos valores que os médios e grandes no caso de entrarem com recurso na Justiça trabalhista	O valor exigido deverá cair no mínimo em 75% para as microempresas e 50% para as pequenas

Fonte: Sebrae/Valor Econômico



Fernando Bezerra, presidente da comissão especial do Senado que busca reduzir a burocracia, sugere negociação com a Câmara

PROJETO

Super-Receita: polêmica está de volta

Incluído na lista de votações prioritárias da Câmara ainda nesse final de ano, o projeto de lei da Super-Receita enviado no último dia 29 de novembro, com urgência constitucional, promete reacender as disputas entre as diversas categorias atingidas pela criação da megaestrutura e promover novo embate entre oposição e governo.

Mesmo com a iniciativa do Executivo de apresentar um texto muito parecido com o projeto de lei de conversão (PLV) aprovado pelos deputados à Medida Provisória 258, a tramitação do PL 6.272, que tem 45 dias para ser examinado na Câmara e o mesmo prazo no Senado – e outros dez dias adicionais para os deputados votarem as mudanças

feitas pelos senadores – não deve ser fácil, segundo deputados da base aliada.

O governo tenciona, na avaliação da influente entidade que congrega os auditores fiscais da Receita Federal, a Unafisco, acionar o seu rolo compressor e evitar novos debates. Mas o cenário político não indica que essa possa ser uma estratégia acertada. “Nós já estamos trabalhando para reabrir as discussões”, avisa o presidente da Unafisco, Carlos André Nogueira, que voltou a procurar os parlamentares.

A entidade é contrária ao que classifica de fusão entre as Se-

cretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária. E chegou a divulgar uma nota na semana passada com base em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrando que a maioria (61%) dos países-membros que possuem sistema de seguridade social não unificou suas estruturas de fiscalização e arrecadação fiscal e previdenciária. A OCDE possui 30 integrantes.

Países como Portugal, Espanha, França, Alemanha, Itália, Suíça, Coréia, Japão e México não têm estrutura unificada, de acordo com o estudo. A Espa-

nha chegou, depois de 30 anos, conforme Nogueira, a separar recentemente suas estruturas. A Inglaterra, acrescenta, tem duas unidades semi-autônomas sob um comando único. Predominam os países do Leste Europeu entre os que unificaram as arrecadações fiscal e de contribuições sociais. Mas a Argentina, os Estados Unidos e o Canadá seguem esse modelo.

Dúvidas sobre algumas brechas legais

Duas das principais mudanças no novo texto enviado ao Congresso pelo Executivo não têm relação direta com a criação da Super-Receita. O governo suprimiu dispositivo do PLV que estendia aos estados as mesmas

condições de renegociação das dívidas junto ao INSS concedidas aos municípios.

Outra diferença foi acabar com a paridade para os aposentados da Receita na gratificação instituída em 2004, a Gifa. “Isso reabre a briga com as entidades”, diz Nogueira.

Apesar das dúvidas sobre algumas brechas legais, o projeto espelha o PLV. Discute-se, porém, se seria obrigatório, pelo Regimento da Câmara, criar uma comissão especial para examinar o projeto – que, por enquanto, deve tramitar em quatro comissões naquela Casa. O deputado Pedro Novais (PMDB-MA), relator da MP 258, é cotado para emitir o parecer se for designada comissão especial.

Governo entrega texto similar ao que foi aprovado pela Câmara

ORÇAMENTO

Em busca de acordo para compensar estados

Depende ainda de muita negociação a busca de um acordo sobre o tamanho da despesa no Orçamento de 2006 para compensar os estados pela desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O relator-geral da proposta orçamentária, deputado Carlito Merss (PT-SC), reafirmou na quarta-feira que considera muito difícil atender na integralidade a pretensão dos governadores, que trabalham munidos de estudo que indicam perdas da ordem de R\$ 10,7 bilhões.

A proposta orçamentária preparada pelo Executivo para os gastos federais do próximo ano chegou ao Congresso sem incluir recursos para a compensação, como previsto na Lei Kandir. Os governadores têm sinalizado disposição de negociar valor alternativo à previsão de perdas, que implique ao menos a reserva de R\$ 5,2 bilhões para a despesa, mesmo valor



Gilberto Mestrinho (segundo à direita), presidente da Comissão de Orçamento, conversa com deputados do colegiado

previsto para 2005, mais acréscimo da correção inflacionária (IPCA ou INPC).

Ao sair de encontro com Merss na última terça-feira, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, afirmou que não será possível votar o Orçamento sem os recursos. Na condição de representante dos estados exportadores, ele adiantou que os governadores podem endurecer o jogo. Ficou implícita a ameaça de orientar as bancadas para obstruir a votação do Orçamento, prevista para 13 de dezembro.

– Topo pagar o que estão me pedindo, desde que me arranjem o dinheiro – comentou Merss à Agência Senado.

Presidente do Senado declara apoio à reivindicação dos governadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que está “firmemente engajado” na reivindicação dos governadores para que sejam incluídos no Orçamento da União de 2006 os recursos relativos à compensação das perdas dos estados exportadores com a Lei Kandir, que desonera as exportações do ICMS. A reivindicação foi encaminhada pelo governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que foi recebido em audiência por Renan, acompanhado pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS).

Rigotto afirmou que, em 2005, estão sendo repostos aos estados R\$ 5,2 bilhões, mas esse valor deve ser corrigido para R\$ 10,7 bilhões em 2006, conforme proposta dos secretários estaduais de Fazenda. O governador declarou ainda que entre esses

dois valores “há um espaço para entendimento que garanta os bons números das exportações”.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considerou legítimo o pleito dos governadores, referendado pelo presidente do Senado. Ele elogiou Renan Calheiros por estar “firmemente empenhado” na defesa dos direitos dos estados.

– Naturalmente, com a implantação da Lei Kandir, o novo modelo tributário por ela instituído provocou grave impacto na receita do ICMS, com perdas significativas para as unidades federadas – afirmou.

Tourinho lembrou que anualmente o problema se repete por ocasião da votação do Orçamento, uma vez que os recursos para a compensação das perdas dos estados não são totalmente incluídos.

Para Renan, o Brasil tem “salário mínimo de 4º mundo”

Junto com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na quarta-feira, representantes da II Marcha em Defesa do Salário Mínimo, organizada pelas centrais sindicais. Ao lado de dois carrinhos de supermercado, um contendo compras pagas com um salário de R\$ 321 e outro contendo mercadorias pagas com R\$ 400, os líderes tentaram mostrar ao Congresso o ganho que os trabalhadores terão se o reajuste for maior.

Encerrado o encontro com esses líderes, o presidente do Senado deu uma entrevista dizendo não haver sentido “para um país que se pretende de primeiro mundo ter um salário mínimo de quarto mundo”. Renan defendeu um esforço para aprovar uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Renan afirmou que essa é a hora de adotar-se uma política conseqüente, capaz de “apontar no rumo da recuperação do poder de compra do trabalhador”. E frisou que o momento é também ideal por ser a ocasião em que o Congresso vota o Orçamento e define os recursos para sustentar esse salário.

Indagado sobre o encolhimento do PIB em 1,2% no trimestre, o presidente do Senado se disse preocupado. “Acho que, do ponto de vista do Congresso, nós precisamos fazer qualquer coisa

para destravar os investimentos, para criar um ambiente mais propício ao crescimento.”

Na opinião do presidente do Senado, o erro do governo foi sobretudo na política de juros. “Isso dificultou a economia. O Brasil sempre cresceu economicamente, sempre teve o crescimento econômico como sua

Renan e Aldo (C) observam carrinhos de compras levados por sindicalistas

principal vocação. Durante 50 anos, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo. Temos que retomar essa vocação. Temos que criar um ambiente mais propício ao crescimento econômico e o Congresso vai fazer sua parte, ajudando a destravar esses investimentos.”

Paim cobra reajuste igual para aposentados

Ao registrar que as principais centrais sindicais do país iniciaram na terça-feira, em Brasília, uma manifestação para reivindicar um salário mínimo de R\$ 400 para o próximo ano, o senador Paulo Paim (PT-RS) apoiou a proposta e cobrou do governo federal que o mesmo percentual que for concedido seja estendido também a aposentados e pensionistas. Ele lamentou que, em 2005, essas duas categorias tenham recebido apenas cerca de um terço do destinado aos trabalhadores da ativa cujos vencimentos correspondem a um salário mínimo.

Paulo Paim também informou ter apresentado, no dia 8 de setembro deste ano, projeto de lei (PLS 314/05) estabelecendo que o valor do salário mínimo será de R\$ 400,40 a partir de 1º de maio de 2006. Outra das propostas defendidas pelas centrais sindicais que já foi tema de proposição de Paim é a diminuição da jornada de trabalho sem redução nos vencimentos.



CRISE POLÍTICA Ex-diretores do Banco Rural e do Banco do Brasil serão ouvidos esta semana pela CPI dos Correios

Relatório parcial é motivo de divergência

O impasse entre petistas e tucanos sobre o texto dos relatórios parciais apresentados pela CPI dos Correios, especialmente sobre o documento do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), prevaleceu e impediu a votação dos relatórios, que devem ser incorporados ao texto do relatório final que será apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Os petistas se negaram a votar o texto de Fruet porque ele não integrou informações sobre o esquema montado por Marcos Valério e Cláudio Mourão na campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas Gerais em 1998. Fruet anunciou que faria um anexo ao relatório tratando da campanha mineira, sem pedir o indiciamento do senador tucano, e que iria incluir ainda o esquema de caixa dois petista em diretórios estaduais e na campanha conduzida por Duda Mendonça.

O deputado Maurício Rands (PT-PE) chegou a apresentar ao relator Osmar Serraglio uma "complementação" da bancada do PT ao relató-

rio parcial apresentado por Fruet. Rands disse que o PT considerou "precipitadas" as conclusões do relatório parcial, que chamou de "fictícios" os empréstimos feitos pelo partido. No documento, Fruet pede o indiciamento de Marcos Valério e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Serraglio deve comprovar "mensalão"

O deputado Osmar Serraglio anunciou que nos próximos dias vai apresentar um relatório comprovando a existência do "mensalão" – compra de votos de parlamentares pelo governo, segundo denúncia do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

– No relatório anterior, não fizemos a sincronia entre os valores e o tempo. Da mesma forma, vamos mostrar a relação entre a migração dos parlamentares de um partido a outro com as votações e a liberação de recursos.

Para Serraglio, há provas de que os pagamentos do "mensalão" se aproximam dos R\$ 30 mil referidos por Jefferson.

Executivo da Beta fala à CPI dos Correios

O depoimento do presidente da Beta, Antonio Augusto Morato Leite Filho, à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios foi realizado a portas fechadas, a pedido de seu advogado. A companhia aérea é acusada de forjar competição com a Sky-master, que operava a rede de transportes de encomenda dos Correios.

Entre 2000 e 2003, as duas companhias mantinham um

acordo em que dividiam a execução dos contratos dos Correios. Na maioria das licitações, as duas eram as únicas que disputavam o processo licitatório – como tinham acordo para dividir os contratos, não havia concorrência. O sub-relator de Contratos, José Eduardo Cardozo (PT-SP), pediu o indiciamento de Morato por fraude à lei de licitações, formação de quadrilha e tráfico de influência.

CPI insiste na quebra de sigilo de corretoras

Diante das liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediram que a CPI dos Correios tivesse acesso aos sigilos de corretoras e de fundos de pensão, os parlamentares decidiram aprovar novamente a quebra dos sigilos de 13 fundos de pensão de estatais: Funcef, Petros, Geap, Real Grandeza, Centros, Serpros, Postalís, Portus, Previ, Sistel, Nucleos, Refer e Prece. Também foram quebrados novamente os sigilos das corretoras Euro, Royster Serviços, Laeta, Novinvest, Quantia e Quality e de José Osvaldo Morales, Cezar Fassoun, Renato Luciano Galli, José Roberto Funaro e Lúcio Bolonha Funaro.

A decisão do STF foi duramente questionada pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e pelo sub-relator de Fundos de Pensão,

deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). Os dois parlamentares conversaram com o presidente do Supremo, Nelson Jobim, para permitir que a CPI tivesse acesso aos dados.

ACM Neto informou que deve apresentar relatório sobre os trabalhos da sua sub-relatoria na próxima terça-feira.

A CPI decidiu ainda convocar quatro gerentes-executivos do Banco do Brasil e dos Correios, além de Roberto Marques, ex-assessor de José Dirceu, apontado em fax do Banco Rural como beneficiário de um cheque que foi sacado pelo dono da corretora Bônus-Banval. Também foram chamados a depor o diretor de Operações Internacionais do Banco Rural, o diretor da agência D+ e o contador das empresas de Marcos Valério, Marco Prata.

Pizzolato deve explicar desvio de R\$ 10 milhões



Responsabilizado por manobra que teria desviado R\$ 10 milhões da Visanet para o esquema de

Marcos Valério, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato volta à CPI dos Correios nesta quarta-feira.

Ele é acusado de direcionar os investimentos em publicidade da Visanet para a DNA Propaganda de Valério e seria responsável pela antecipação dos R\$ 35 milhões que permitiram o desvio de R\$ 10 milhões para o BMG.

De acordo com a CPI, esses R\$ 35 milhões seriam parte da verba repassada pelo BB ao fundo de publicidade da Visanet, empresa privada de que o BB é um dos sócios. Os extratos bancários em posse da CPI detalham o esquema: em março de 2004, a

DNA aplicou R\$ 34,8 milhões em fundos três dias após receber R\$ 35 milhões da Visanet. Um mês depois, R\$ 10 milhões desse fundo foram aplicados no BMG, que, no mesmo dia, liberou empréstimo de igual valor ao advogado de Marcos Valério, Rogério Tolentino. O dinheiro foi parar na corretora Bônus-Banval, responsável por repasses do valerioduto ao PP, ao PT e ao PL.

O próprio Pizzolato foi beneficiário de repasses. Na primeira vez que esteve na CPI, admitiu que recebeu mais de R\$ 300 mil e alegou que só repassou o pacote para outra pessoa, segundo ele ligada ao PT. Não soube dizer para quem foram os recursos.

Ex-superintendente do Rural vai depor

O ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho não compareceu ao depoimento da CPI marcado para a última quarta-feira. Conforme o relator, deputado

Osmar Serraglio (PMDB-PR), ele não teria sido informado sobre a convocação a tempo, e por isso será ouvido nesta quinta-feira.

Segundo Godinho, os empréstimos do Rural para Valério eram uma forma de mascarar a origem do dinheiro, relacionado ao esquema de repasses ilícitos aos parlamentares. "Os financiamentos foram feitos para nunca serem pagos", disse à imprensa.

A denúncia confirma o relatório parcial do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), que apresenta indícios de que os empréstimos são de fachada: as garantias dos créditos não condizem com as exigências do mercado financeiro; o dinheiro circulava entre as mais de 70 contas de Valério; não há justificativa para o esquema como um empréstimo do empresário para o PT; e os bancos só passaram a cobrar judicialmente a dívida depois de deflagrado o escândalo.



Em reunião na CPI dos Correios, Delcídio (ao lado de Serraglio) conversa com ACM Neto

Ex-diretor do BB terá de explicar fraudes

A CPI dos Correios também vai questionar Henrique Pizzolato sobre as fraudes nos contratos das agências de publicidade do BB na sua gestão. Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) nos contratos do banco verificaram que as agências Ogilvy, D+, Grottera e DNA Propaganda, esta de Marcos Valério, não repassaram descontos de veículos de comunicação ao BB – a bonificação de volume – e também encontraram diversas irregularidades em terceirizações realizadas pelas agências. O prejuízo para o BB, de acordo com o TCU, ultrapassa R\$ 37 milhões.

Essas fraudes são apontadas pelo relatório do deputado Gustavo Fruet como uma das possí-

veis fontes do valerioduto, já que a agência de Marcos Valério era a responsável pela gestão do contrato de publicidade do BB. Henrique Pizzolato ainda foi acusado de ter centralizado todos os serviços do BB nas agências do empresário Marcos Valério.

O relatório que o TCU enviou à CPI responsabilizou a diretoria do Banco do Brasil, inclusive Pizzolato, pelas fraudes nos contratos da agência. De acordo com o TCU, a direção do banco foi omissa na fiscalização desses contratos e não cobrou as bonificações. O tribunal sugeriu que a CPI dos Correios quebre os sigilos de algumas agências que prestaram serviços ao BB para verificar a existência de outras fraudes.

Acordo entre agências levanta suspeita

Antes mesmo de vencer a licitação dos Correios, em 2003, a agência de Marcos Valério, SMP&B, já recebia dinheiro da estatal pela agência Giacometti, detentora do contrato da empresa. Em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, o dono da agência, Dennis Aurélio Giacometti, admitiu ter repassado à R\$ 6,8 milhões à SMP&B – cerca de 60% do total pago pelos Correios à Giacometti. Desse total, de acordo com o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), R\$ 900 mil foram depo-

sitados justamente na conta que abasteceu o valerioduto.

O dono da Giacometti alegou que os pagamentos fizeram parte de um acordo entre as duas agências, em que a Giacometti poderia utilizar o escritório, os equipamentos e outros recursos da SMP&B em troca do pagamento de comissões sobre o contrato dos Correios.

Cardozo suspeitou desse acordo, já que as duas empresas foram concorrentes em processos licitatórios e, com a mesma equipe, apresentaram propostas

diferentes. A prática reforça a idéia de conluio entre as duas empresas para forjar uma concorrência e fraudar as licitações, comentou o deputado.

O sub-relator também chamou atenção para a amizade entre o sócio de Valério, Cristiano Paz, e Pimenta da Veiga, ministro das Comunicações no período em que a Giacometti e a SMP&B mantiveram o acordo operacional. Para Cardozo, dadas as circunstâncias, Cristiano Paz pode ter interferido na licitação em favor da Giacometti.

CRISE POLÍTICA Tribunal de Contas da União envia em um mês mais de dez documentos à CPI dos Correios

WALTER CAMPARATO/ABR



Ministro Adylson Motta (E) e senador Delcídio Amaral, presidentes do TCU e da CPI dos Correios: trabalho conjunto

TCU e PF comprovam fraudes e notas frias



O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à CPI dos Correios, em novembro, mais de dez relatórios detalhando indícios de irregularidades nos Correios, nos contratos de publicidade do governo e no

Banco do Brasil, entre outros.

Esses relatórios devem embasar a investigação e comprovam que vários contratos dos Correios estão corrompidos, confirmando as afirmações do ex-funcionário da estatal Maurício Marinho na fita que deu origem à crise, chamadas de "bravatas" por Marinho depois que o vídeo se tornou público.

A equipe engajada na análise dos contratos de estatais, sobre os quais pairam suspeitas de corrupção desde o início da crise, conta com mais de cem auditores. Além das auditorias, eles têm colaborado com os parlamentares na CPI dos Correios. Todos os relatórios já apresentados pela CPI tiveram a

participação de auditores do TCU.

Também a Polícia Federal e a Receita Federal auxiliam as investigações da CPI dos Correios. Na última semana, a PF tornou públicos laudos de perícia que atestam a falsidade de 80 mil notas na contabilidade das duas agências de publicidade de Marcos Valério, a DNA Propaganda e a SMP&B.

O laudo contábil da polícia diz que a SMP&B mandou imprimir 25 mil notas fiscais frias, e a DNA, 55 mil, sem especificar quantas das notas frias impressas foram efetivamente emitidas. Varias dessas notas diziam respeito a pagamentos de estatais, como o Banco do Brasil, a Eletronorte e o Ministério do Trabalho.

Foram identificadas ainda três notas falsas emitidas à Visanet entre 2003 e 2004, que ultrapassam a soma de R\$ 60 milhões.

A polícia identificou outras fraudes, como falsificação de assinaturas e de carimbos, impressão de documentos falsos e alteração dos registros.

Contrato de automação pode ter dado prejuízo superior a R\$ 20 mi

As irregularidades apuradas pelo TCU no contrato do consórcio Alpha, formado pelas empresas Novadata e Positivo, para a automação das agências dos Correios ultrapassam R\$ 20 milhões. Os auditores verificaram que as empresas receberam um reequilíbrio contratual irregular de R\$ 5,5 milhões dos Correios em 2003 e deixaram de pagar R\$ 22,28 milhões de multas, que não foram cobradas pelos Correios.

A não-cobrança das multas "possibilitou ao consórcio prestar atendimento insatisfatório sem qualquer punição, prejudicando sensivelmente os procedimentos operacionais das agências", de acordo com o relatório.

O departamento responsável pela cobrança das multas era chefiado por Antônio Osório e por Maurício Marinho, flagrado em vídeo recebendo propina e detalhando a corrupção na estatal. Os dois foram citados entre os responsáveis pelas irregularidades e devem ser ouvidos pelo TCU, que também convocou todos os ex-dirigentes da estatal.

As investigações já tinham identificado superfaturamento em contratação emergencial do consórcio Alpha para a manutenção de equipamentos de informática do Banco Postal e do Projeto Sara. O contrato teria custado R\$ 408.348,06 a mais.

Quando estiveram na CPI dos Correios, os presidentes da Novadata e da Positivo rejeitaram as auditorias do TCU e negaram quaisquer irregularidades.

Também foram encontradas pelo TCU irregularidades nos contratos para a compra de programas de computador e dos direitos de uso dos aplicativos. Esses contratos foram citados por Maurício Marinho como foco de corrupção, quando esteve na CPI dos Correios pela

segunda vez. Nesses casos, não são realizadas licitações, já que uma só empresa é detentora dos direitos do programa: não há concorrência, abrindo precedente para irregularidades.

A Unisys, por exemplo, incluiu no contrato de compra de licença do programa OneWorld, da qual tem exclusividade, a prestação de treinamento de funcionários para o uso do mesmo software. A manobra é ilegal, segundo o TCU, porque há outras empresas habilitadas.

Os auditores ainda consideraram injustificado o preço cobrado pela Unisys pelo treinamento, cerca de R\$ 3 milhões. O relatório aponta que não há uma pesquisa de preços para justificar o custo do treinamento.

Outro contrato de aquisição de licenças sob suspeita do TCU é o firmado com a Peoplesoft em 2004, no valor de R\$ 19,7 milhões. Não havia justificativa adequada para o preço contrata-

do pela empresa, e o valor pago pelos Correios foi diferente do que o previsto na proposta da Peoplesoft.

Outra suspeita sobre o contrato diz respeito à ilegalidade de uma das cláusulas do documento, que garantia à PeopleSoft pagamentos adicionais sobre o preço inicial da licença em função do aumento do número de empregados dos Correios.

O TCU verificou ainda que a BrT Serviços de Internet, subsidiária da Brasil Telecom, superfaturou em R\$ 1 milhão o custo de suporte técnico aos Correios. As horas pagas aos técnicos no contrato de manutenção, no valor total de R\$ 1,8 milhão, estão muito acima do valor de mercado.

A pesquisa baseou-se no preço mais caro do mercado, cerca de R\$ 115,18 por hora. A BrT cobrava R\$ 270, valor que baixou para R\$ 250 depois do primeiro termo aditivo.

Ausência de multas "gerou atendimento insatisfatório" nas agências

"Benevolência indevida" e propina de R\$ 350 mil

Auditoria do TCU confirma que os Correios agiram com "benevolência indevida" na relação com a Precision, fornecedora de material para a estatal. O dono da empresa denunciou ter pago propina de R\$ 350 mil para o funcionário Júlio Takeru Imoto, então consultor da Diretoria de Operações, para permitir que os Correios recebessem seus produtos com atraso, sem a cobrança de multas.

O dinheiro ilegal, de acordo com o dono da empresa, era destinado a saldar compromissos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que confirmaria a existência de um esquema de arrecadação ilegal para partidos dentro dos Correios, denunciado

pelo ex-funcionário Maurício Marinho na fita que originou a crise política e comprovada por outro empresário.

As multas que deveriam ter sido cobradas da empresa desde outubro do ano passado só foram exigidas em junho deste ano, depois da deflagração do escândalo.

À sindicância interna dos Correios, Júlio Imoto reconheceu que pediu ao dono da empresa donativos para campanha política, mas alegou que não se lembrava a mando de quem realizou a solicitação.

A investigação interna da estatal concluiu que o funcionário efetivamente usou a sua posição nos Correios para obter vantagem econômica indevida para si ou para outrem.

Infraero e Cultura envolvidos nas denúncias

O TCU contestou a legalidade dos critérios usados pela Infraero para a contratação das agências de publicidade Artplan e Signo no ano passado e requisiu a suspensão do contrato da estatal com as agências até que as irregularidades sejam esclarecidas. A auditoria ressalta que a Signo, agência que trabalhou para campanhas petis-

Mc Cann Erickson entre 2000 e 2003, identificou prejuízos de cerca de R\$ 2 milhões - R\$ 1,8 mi por serviços pagos pelo ministério e não contratados e R\$ 200 mil pela cobrança indevida de honorários.

A agência também é acusada de incluir orçamentos possivelmente forjados nas cotações de preços e da execução de serviços não incluídos no

negócio. Os indícios de ilegalidade nos contratos dos Correios vão além da atuação da SMP&B. Os auditores do TCU comprovaram que tanto essa agência quanto a Link/Bagg, com quem dividia a conta da estatal, utilizaram manobras semelhantes para fraudar os contratos. As irregularidades estão concentradas nas contratações de terceiros.



Maurício Marinho: flagrado em vídeo recebendo propina e desvendando esquema de corrupção nos Correios

WILSON DIAS/ABR

CRISE POLÍTICA "Queremos identificar outros mandantes do crime cometido por conta de um desarranjo no esquema"

Quem mandou matar Celso Daniel?



Os promotores públicos de Santo André estão investigando a participação de outras pessoas no crime de mando do prefeito Celso Daniel, assassinado em 2002. Além de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, já indiciado, os representantes do Ministério Público Roberto Wider Filho, José Amaro Thomé Filho e Adriana Ribeiro Soares acreditam que mais pessoas planejaram e ordenaram a morte.

– Queremos identificar outros mandantes do crime cometido por conta de um desarranjo no esquema de corrupção em Santo André – afirmou Filho.

A delegada civil Elisabeth Sato disse que estuda a possibilidade de o crime ter sido compartilhado, ou seja, os sete integrantes da favela Pantanal, presos por participação no seqüestro e morte, saberiam até certo ponto.

– Estou convencida de que há outros mandantes. Acredito que esses presos sabem até um determinado ponto, acima disso não sabem, e isso é muito comum



Representantes do Ministério Público, Roberto Wider Filho (D) e José Amaro Thomé Filho apontam falhas no primeiro inquérito

no roubo de carga, por exemplo – afirmou a delegada, que assumiu o caso após sua reabertura, em agosto deste ano.

Nas investigações foi descoberto que o preso Ivan Rodrigues da Silva, o Monstro, teria ido a Campinas (SP) no sábado, um dia após o seqüestro, onde recebeu a ordem para matarem o prefeito, o que indicaria a existência de mais mandantes.

Os promotores também investigam a movimentação telefônica

do celular do deputado estadual Donisete Braga (PT), captada por antenas de Taboão da Serra e Embu, região onde ocorreu o crime entre a noite de sábado e madrugada de domingo. Em sua conta foram depositados cheques de Sombra, que o deputado declarou como empréstimos.

Os promotores apontaram uma série de falhas no primeiro inquérito, incluindo os depoimentos dos sete integrantes da favela Pantanal e do próprio Sombra.

Proibição de investigar José Dirceu

Apesar de o Ministério Público investigar os esquemas de extorsão e corrupção instalados em Santo André, os promotores não foram autorizados a instaurar inquérito policial para verificar as informações de que Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do prefeito de Santo André, levaria o dinheiro arrecadado no esquema de corrupção para o então presidente nacional do PT, José Dirceu.

Os irmãos de Celso Daniel, João Francisco e Bruno, contaram ao Ministério Público sobre os encontros que tiveram com Carvalho, quando ele teria relatado tal fato.

O Ministério Público questionou no Supremo Tribunal Federal a possibilidade de investigar as denúncias com relação ao ex-

deputado. A consulta foi feita pelo então procurador-geral da República Geraldo Brindeiro.

A questão foi analisada pelo ministro Nelson Jobim, que negou competência ao MP para tal investigação.

Coube também ao ministro Jobim, mas já como presidente do Supremo, a concessão de *habeas corpus* a Sérgio Gomes da Silva, que permaneceu preso de dezembro de 2003 a julho de 2004.

O processo foi então encaminhado ao ministro Marco Aurélio Mello, que o remeteu ao pleno do STF.

Pressão sobre o Ministério Público

O promotor Roberto Wider Filho afirmou ainda que já houve

pressão do governo com relação à atuação do Ministério Público. Já a delegada Sato negou qualquer ingerência na sua atuação.

– Houve momentos em que fomos pressionados por algumas pessoas do governo e até mesmo ministro nos chamando de Gestapo, que era a polícia nazista, o que eu considerei um excesso – disse Filho, fazendo referência a declaração feita pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Alguns senadores também condenaram o presidente Lula, por ter recentemente criticado a ação do Ministério Público. Mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que o presidente afirmou que aceitará a tese de crime político caso seja realmente comprovada.

CPI ouve "depoimento contundente" em SP

Os sete presos acusados de envolvimento no seqüestro e morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, em 2002, negaram em acareação realizada na última segunda-feira a participação do empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, no crime.

A acareação entre o empresário e os presidiários, promovida por uma subcomissão da CPI Mista dos Bingos, foi feita no auditório do Ministério Público de São Paulo.

Antes da audiência, os integrantes da CPI e do MP paulista ouviram, em reunião reservada, o depoimento de quatro novas testemunhas do crime. Uma delas, como informou o senador Magno Malta (PL-ES) pouco antes do início da acareação, reforçaria a tese de "crime de mando", no caso do assassinato do prefeito.

– O depoimento é contundente e significativo. Ele apresenta uma vertente extremamente forte e informações que ainda não eram conhecidas.

Magno Malta afirmou que o nome da nova testemunha é mantido em sigilo por questões

de segurança, mas que ela teria procurado espontaneamente o presidente da subcomissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e manifestado disposição de colaborar com a CPI para a elucidação do crime. A subcomissão também é integrada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

O assassinato de Celso Daniel, segundo Magno Malta, seria decorrente da conjugação de interesses de dois grupos criminosos com objetivos distintos.

– Há o encontro de duas quadrilhas: uma institucionalizada e uma de favela – ressaltou.

Os senadores ouviram ainda o garçom de codinome Jack, que afirmou ter presenciado três reuniões no Bingo Taquaral, em Campinas (SP), para se tramarem o assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, morto em setembro de 2001. Nesta quarta-feira, a CPI entrega ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a cópia do depoimento do garçom e pedirá tratamento e proteção especial para Jack.



Para Magno Malta, testemunha "apresenta uma vertente extremamente forte e informações ainda desconhecidas"

O advogado que gastava demais

Em seu segundo depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Walter Santos Neto negou mais uma vez ter recebido propina da multinacional GTech durante a negociação do contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal no final de 2002 e início de 2003.

Neto atuou por duas vezes pela GTech no Superior Tribunal da Justiça. Pelo trabalho, segundo ele, teria recebido R\$ 5 milhões, valor considerado muito alto até mesmo pelo ex-diretor da GTech no Brasil, Marcelo Rovai, durante acareação na CPI.

– Ele conta uma história muito difícil de acreditarmos. A suspeição que pesa é de ele ter repassado para terceiros a propina pela renovação do contrato da Caixa com a GTech – afirmou o senador José Jorge (PFL-PE).

Dizendo-se um compulsivo e estar sendo submetido a tratamento psiquiátrico, Neto desculpou-se pelo com-

portamento em depoimento anterior, quando não soube explicar com clareza o destino de milhões de reais, simploriamente atribuindo os gastos a despesas com mulheres, vinhos caros e charutos. Pelo menos o gasto de R\$ 1,2 milhão não foi comprovado.

Ex-diretor da Caixa sob suspeita

Indiciado pelo Ministério Público Federal ao lado de outras 17 pessoas, o ex-diretor de redes e loterias da Caixa entre 1995 e 1999, Ademar de Miranda Torres, negou que tenha sido um "braço da GTech" quando da entrada da empresa no contrato de loterias.

Em 1997, a Racimec venceu a licitação para a prestação de serviços lotéricos, mas após tentativas seguidas de compra da empresa pela GTech do Brasil, houve cisão das empresas com a denominação GTech do Brasil Holding S/A.

CPI dos Bingos faz megaacareação

Pela segunda vez a CPI dos Bingos realizará uma megaacareação. Desta vez serão postos frente a frente personagens da "República de Ribeirão Preto": Ademirson Ariovaldo da Silva, Juscelino Dourado, Rogério Buratti e Vladimir Poletto, que já depuseram na comissão, acompanhados de Ruy Barquete, irmão de Ralf Barquete, citado em uma série de denúncias, e do empresário Carlos Eduardo Valente.

A CPI também aprovou a convocação dos empresários Roberto Colnaghi e Roberto Carlos Kurzweil. O primeiro teria emprestado o avião para o transporte do dinheiro cubano de Brasília para Campinas. O outro confirmou ter alugado um Omega blindado para o PT também no mesmo episódio.

Em depoimento semana passada, o assessor especial do ministro da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva, negou qualquer relação de negócio ou intermediação com os ex-assessores de Antonio Palocci. Apesar das 3.681 ligações trocadas entre

Ademirson, Rogério Buratti, Ralf Barquete e Vladimir Poletto no período de janeiro de 2003 a março de 2004, o assessor de Palocci, que teve a quebra de sigilos aprovada, reiterou ao longo de todo o depoimento que só ligava para os amigos para conversar sobre questões pessoais.

Com Ralf Barquete, que já foi secretário municipal em Ribeirão Preto, morto em 2004, Ademirson manteve 841 ligações entre fevereiro de 2003 e março do ano seguinte. Barquete aparece envolvido nas negociações entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, em denúncias de participação de arrecadação para campanha em Ribeirão Preto e no episódio Cuba, no qual teria pedido que o consultor Vladimir Poletto transportasse caixas de bebidas de Brasília para São Paulo, supostamente repletas de dólares cubanos.

– Algumas ligações eram para mim e outras para o ministro – disse, reafirmando que é parte de seu serviço anotar as ligações para Palocci.

CRISE POLÍTICA Senador aplaude iniciativa dos presidentes do Senado e da Câmara de definir pauta conjunta

Jefferson quer mudar modo de escolha de ministro do STF

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) informou ter entregue à Mesa proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda a forma de preenchimento do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele propõe que os órgãos de representação da magistratura, do Ministério Público e dos advogados escolham, mediante eleição, cada um, dois candidatos à vaga, submetendo-os ao Supremo. Entre os seis nomes apresentados, o tribunal elegerá um, por voto secreto e maioria absoluta.

O senador garantiu que sua iniciativa é fruto de longa reflexão. Segundo Jefferson, os dois Poderes, o Legislativo e o Executivo, são constituídos democraticamente, mas no terceiro Poder, o Judiciário, a escolha de sua corte máxima não se dá por eleição, mas por indicação pessoal do presidente.

– Ele escolhe o nome e envia ao Senado, que cumpre um ri-

tual vazio. Há 11 anos participo dessas sabinas, uma troca de gentilezas, uma vez que, no final, a indicação presidencial é aprovada por ampla maioria. Isso não pode continuar.

Jefferson Péres esclareceu não ter nada contra os atuais ministros, só avalia que essa não é a melhor maneira de escolher os membros da mais alta corte de Justiça do país.



Na proposta de Jefferson, STF escolherá ministro entre seis nomes eleitos por entidades

Antonio Carlos Magalhães acusa STF de dificultar investigações

Embora renda louvores aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou a instituição de tentar desmoralizar as CPIs que investigam denúncias de corrupção contra o PT e o governo Lula. A queixa do pefelista foi motivada pela sexta liminar concedida pelo STF para impedir o acesso das CPIs a informações sigilosas de corretoras e fundos de pensão investigados.

– Tenho respeito pelo Supremo, mas não calo a minha voz.

Se as CPIs não chegarem a um resultado, o culpado é o STF, que não quer que se apure nada por lá [no governo] – afirmou.

Antonio Carlos considerou grave a situação e cobrou reação dos presidentes do Senado e da Câmara à suposta tentativa do STF de desmoralizar o trabalho das CPIs. O parlamentar ressaltou o esforço das comissões na apuração das irregularidades, mas diz que tudo pára com as liminares que impedem a quebra do sigilo de corretoras “que roubaram o erário”.

Heloísa Helena afirma não acreditar na neutralidade do Poder Judiciário

Após debate entre os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) sobre o processo de cassação do deputado José Dirceu, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse discordar dos que tentam atribuir “um manto de santidade ao aparato judicial”.

A senadora revelou que não acata qualquer decisão judicial “porque algumas são injustas e reproduzem o poder político”, acrescentando que já foi vítima “de determinados processos”.

Para Heloísa, não existe independência nem neutralidade entre os Poderes.

– É uma farsa atribuir a determinadas instâncias do Judiciário ou ao Legislativo qualquer neutralidade. O que existe é a aplicação implacável da lei contra o pobre e a benevolência com os poderosos – afirmou a senadora.

Heloísa Helena observou, no entanto, que existem exceções “maravilhosas e corajosas” nos dois Poderes.

Ramez Tebet alerta para "vazio político"



CORRUPÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS) alertou o Congresso para uma espécie de vazio e falta de perspectiva política que ele disse ter percebido na sociedade. Esse sentimento se instalou em consequência da falta de resposta Legislativo a “essa novela imoral” que o país está vivendo desde as denúncias de Roberto Jefferson, em junho, comentou Tebet.

Como resposta à expectativa da sociedade em relação ao Congresso, o senador aplaudiu a iniciativa dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, de apresentar uma pauta conjunta às lideranças do Congresso.

Entre as medidas, Tebet sugeriu uma reforma política possível.



Tebet condena eleições sob as mesmas regras que geraram "novela imoral"

– Será que nós vamos disputar as eleições com as mesmas regras que aí estão? – perguntou.

Tebet referiu-se à proposta de reforma do presidente do Tribu-

nal Superior Eleitoral, Carlos Velloso, como uma iniciativa legítima, mas observou que essa prerrogativa é do Legislativo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o Senado enviou há três anos uma proposta de ampla reforma à Câmara.

Cristovam Buarque (PDT-DF) se solidarizou com Tebet e disse que, “qualquer dia a gente pode acordar e descobrir que outros agentes tomaram a liderança do projeto político”. Almeida Lima (PMDB-SE), por sua vez, advertiu para os riscos de as próximas eleições se realizarem com os mesmos erros.

Renan diz que não há crise entre Poderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera o processo de investigação no Congresso para apurar denúncias contra o governo uma demonstração de que as instituições brasileiras funcionam livremente, sem crise entre os Poderes e atuando de maneira isenta. O senador fez essa declaração em Maceió onde presidiu o 4º Seminário Nacional Interlegis, que reuniu vereadores, deputados e senadores para discutir um maior intercâmbio

entre os legislativos de todo o país.

– Meu papel como presidente do Senado é justamente harmonizar os conflitos políticos, atuar como moderador e garantir o pleno funcionamento das atividades legislativas, inclusive as de investigação dos escândalos recentes – afirmou o senador.

Renan Calheiros disse que a crise política ganha, a cada dia, contornos novos, que começam a afetar a economia. Por isso,

acrescentou, é preciso garantir que os trabalhos do Legislativo permitam a melhoria do ambiente político e ocorram normalmente.

– Tenho lutado para que o trabalho das CPIs não sofram delongas, tanto que já decidi, juntamente com o presidente da Câmara, estender os trabalhos do final de ano, para que possamos votar uma agenda que ajude o país a sair da estagnação demonstrada pela retração do PIB – concluiu.

Cristovam: políticos devem recuperar credibilidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil precisa recuperar a força de sua nacionalidade e reverter as desigualdades sociais, enquanto a classe política deve recuperar sua credibilidade para construir um projeto de futuro. Segundo o senador, embora o país tenha conseguido instaurar a democracia e a estabilidade da moeda, o egoísmo torna difícil a concretização de composições políticas com vistas ao combate à pobreza. A classe política, acredita Cristovam, tornou-se um “grupo corporativizado”, preocupado em manter direitos e privilégios, sem uma visão nacional. Para o senador, é fundamental recuperar a credibilidade dos políticos.

Arthur Virgílio destaca multa do TSE contra Lula

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comunicou na sexta-feira que, por 4 votos a 3, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o presidente Lula a pagar multa de R\$ 31,9 mil por propaganda eleitoral antecipada. A propaganda foi veiculada em abril de 2005 como material institucional e o TSE considerou procedente representação ajuizada pelo PSDB. Na quinta, Virgílio cobrou investigações sobre suspeitas de que diretórios do PT teriam recebido dinheiro de Marcos Valério, no esquema montado pelo então tesoureiro do PT Delúbio Soares. Contra a corrupção nas campanhas eleitorais, o líder defendeu uma CPI do Caixa Dois, cujo requerimento já foi lido em sessão do Congresso.

Desaceleração do crescimento e corrupção viram alvo de críticas

A divulgação da queda no produto interno bruto (PIB) levou vários senadores opositoristas a atribuir os números ao mau desempenho do governo e às irregularidades em que estaria envolvido.

Para João Batista Motta (PMDB-ES), o Brasil “está atravessando hoje uma crise de burrice e de incompetência”. Em “um melancólico fim de linha”, na opinião de Demostenes Torres (PFL-GO), o governo Lula teria passado a apostar na reciclagem das obras impossíveis assumidas em campanha, entre as quais listou a Ferrovia Transnordestina, um gasoduto, um pólo siderúrgico, o biodiesel e a transposição do São Francisco.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a alertar o presidente para a corrupção da máquina administrativa, enquanto Alvaro Dias (PSDB-PR) avaliou que não são as denúncias de corrupção que desestabilizam o governo, mas sim a própria corrupção do governo.

Recuo da pobreza explica "desespero", responde Ideli

Mais que o PIB, segundo Ideli Salvatti (PT-SC), são os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE que permitem entender “a virulência dos ataques” desferidos contra o governo Lula por “setores da oposição”. Para

“desespero dos opositoristas”, disse, os dados revelam que a pobreza recuou 7%, maior redução dos últimos 23 anos.

Líder do PFL, José Agripino (RN) informou que seu partido criou, na quinta-feira, um núcleo de estudos sociais para analisar projetos que visem diminuir a pobreza nacional. Conforme o líder, o governo Lula apenas se vangloria de “exibir o número de pobres” inscritos em seus programas de renda, como o Bolsa-Família.

– Eu não faria o Bolsa-Família apenas dando dinheiro, sem exigir contrapartida como forma de preparar as pessoas para saírem da pobreza. A isca é o dinheiro,

mas deve gerar obrigações – frisou.

Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou que os funcionários do PT estão em greve por salários. “Como será que eles vão às manifestações, com bandeiras da CUT?”, indagou, ao que Paulo Paim (PT-RS) disse que o pagamento dos funcionários tem de ser considerado prioridade, colocando-se à disposição como mediador.

Quanto à cassação do mandato do então deputado José Dirceu, Heráclito destacou que o PT não o defendeu. Na mesma linha, José Jorge (PFL-PE) disse que, “na realidade, Dirceu foi cassado pelo seu próprio grupo, pois a oposição não teria votos suficientes para cassá-lo”.

CRISE POLÍTICA Perda de mandato do ex-ministro da Casa Civil de Lula provoca debates no Plenário do Senado

Comissão de Justiça analisa recurso de Romeu Queiroz

Pedido de vista adiou, na quarta-feira, por duas sessões do Plenário da Câmara a votação pela Comissão de Constituição e Justiça do recurso do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG) contra o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que recomenda a perda de seu mandato.

No recurso, o deputado pede que o processo contra ele seja enviado à Mesa sem o relatório, porque o Conselho de Ética não teria cumprido o prazo regimental de votação do parecer em cinco sessões ordinárias. O Conselho de Ética analisou o relatório nos dias 26 e 31 de outubro e 1º, 3 e 8 de novembro. A votação, no entanto, só ocorreu em 9 de novembro, no sexto dia de análise.

O recurso também pede a nulidade da representação,

uma vez que os advogados do PL – partido que apresentou a representação por quebra de decoro parlamentar contra Queiroz – não tinham procuração com poderes especiais para apresentar a queixa contra o deputado ao Conselho de Ética, como exige o Código de Processo Penal. A defesa do parlamentar observa que o próprio PL pediu posteriormente a retirada da representação.

Os advogados de Queiroz querem ainda que o processo seja encaminhado para a análise do Plenário da Câmara somente depois da análise do recurso pela CCJ. A votação em Plenário está marcada para esta quarta-feira. O relator do recurso de Queiroz, deputado Paulo Afonso (PMDB-SC), ainda não divulgou seu parecer. (Com Agência Câmara)

João Magno nega caixa dois e diz que agiu de boa-fé

O Conselho de Ética ouviu na quinta-feira o deputado João Magno (PT-MG), que negou ter feito caixa dois em sua campanha a deputado federal em 2002 ou à prefeitura de Ipatinga (MG)



Para João Magno, que recebeu R\$ 426 mil de Marcos Valério, sua cassação seria injusta

no ano passado. Ele reiterou que recebeu R\$ 426 mil do PT por meio das agências de publicidade de Marcos Valério, acusado de ser o operador do esquema conhecido como “mensalão”.

O deputado disse que usou o dinheiro para quitar despesas de campanha, mas não declarou o valor no prazo à Justiça Eleitoral porque o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, protelou a entrega de documento que comprovasse sua origem. As quantias recebidas só foram declaradas em 17 de outubro passado, em retificação de prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas Gerais.

Magno reconheceu que “não é certo” deixar de declarar valores usados em campanha no prazo, mas afirmou ser injusta a cassação de seu mandato por causa disso, já que “agiu de boa-fé”. (Com Agência Câmara)

Bispo de Catanduva defende José Mentor na Câmara

Convidado como testemunha de defesa no processo disciplinar contra o deputado José Mentor (PT-SP), o bispo de Catanduva (SP) e vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Antônio Celso de Queirós, atestou enfaticamente a integridade do petista. O bispo, porém, ressaltou que o depoimento prestado na terça-feira no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não representa a posição da CNBB.

“Mentor é uma pessoa íntegra, um cidadão correto, um pai de família. Não escondo de ninguém que votei nele para vereador e deputado federal. Oxalá houvesse mais gente como ele”, destacou. José Mentor é acusado de ter recebido, por intermédio de seu escritório de advocacia, R\$ 120 mil da agência de publicidade 2S

Participações, do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Para o bispo, a acusação “não é crível”.

Dom Antônio ressaltou que nunca foi um amigo íntimo a ponto de frequentar a casa do deputado, mas mantém com ele amizade baseada nas relações profissionais que os dois desempenhavam nos trabalhos sociais das Pastoras das Favelas e da Moradia.

Em sua defesa, José Mentor apresentou ao Conselho de Ética documentos para comprovar que o dinheiro recebido se referia ao pagamento por serviços prestados pelo seu escritório ao advogado de Valério, Rogério Tolentino.

O depoimento de Mentor ao conselho estava marcado para o dia 1º, mas foi adiado. Ainda não há outra data marcada. (Com Agência Câmara)

José Dirceu: cassação parou o Congresso



Por 293 votos a 192, a Câmara decidiu, em sessão extraordinária encerrada nos primeiros minutos da quinta-feira,

pela perda de mandato do deputado e ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Houve 8 abstenções, 1 voto em branco e 1 voto nulo.

A decisão seguiu recomendação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que havia aprovado por 13 votos a 1 o parecer do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) pela cassação do mandato de Dirceu, no dia 4 de novembro. Em seu relatório, Delgado considerou que houve quebra de decoro parlamentar por parte do petista. Ele foi acusado pelo PTB de fraudar o andamento dos trabalhos legislativos para alterar resultados de votações em favor do governo, por meio do esquema conhecido como “mensalão”.

No lugar de Dirceu, quem assume o mandato até



O ex-deputado José Dirceu, durante a sessão extraordinária de quinta-feira, na Câmara, quando teve seu mandato cassado

o fim da atual legislatura é a deputada Mariângela Duarte (PT-SP). Ela é professora universitária e já foi vereadora em Santos e deputada estadual.

José Jorge: Câmara admite a existência do "mensalão"

O líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), disse que a cassação do ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado José Dirceu pela Câmara representou de fato a cassação do esquema de corrupção do atual governo. O senador assinalou que, com a decisão, a Câmara reconheceu a existência do “mensalão”.

– A Câmara acatou a recomendação da CPI dos Correios e cassou a pessoa mais forte do PT, depois do próprio presidente – salientou. José Jorge afirmou que a participação de José Dirceu no esquema de corrupção não se restringiu ao “mensalão”, mas se estendeu à administração de diversas prefeituras paulistas, com desvio de recursos para o caixa dois petista.

Heráclito recorda denúncias do PT em governos anteriores

Ao comentar a cassação do deputado José Dirceu, Heráclito Fortes (PFL-PI) lembrou as denúncias feitas pelo PT quando o partido fazia oposição aos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. O senador disse que o PT “não tem moral” para reprovar a atitude da oposição com relação a José Dirceu. Heráclito afirmou também que o ex-ministro teve seu mandato cassado com a ajuda da base governista, uma vez que o parecer do Conselho de Ética da Câmara, recomendando a cassação, foi aprovado por 293 votos, enquanto, em seus cálculos, a oposição reúne apenas 150 parlamentares. O senador desejou que Dirceu e o PT tirem lições do que aconteceu.

Agripino questiona afirmação de Lula sobre José Dirceu

José Agripino (RN), líder do PFL, questionou a intenção do presidente Lula por ter afirmado, na quinta-feira, que o deputado José Dirceu foi cassado pela Câmara “sem provas”.

– Se o presidente Lula acha que José Dirceu foi cassado sem provas, então por que ele o demitiu há alguns meses, quando surgiram as primeiras acusações? – questionou o senador.

Agripino perguntou ainda por que o presidente da República agora está defendendo José Dirceu.

– Será que o presidente está com medo do que ele possa vir a falar? Não podemos nos esquecer que Dirceu sabe demais – disse.

Pavan pede que agressor de Dirceu não seja punido

Leonel Pavan (PSDB-SC) fez apelo ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para que autorizasse a soltura de um senhor que agrediu, na terça-feira, o deputado José Dirceu (PT-SP), com duas bengaladas, nas dependências da Casa. – Indignado com tudo que aconteceu no país, esse senhor que se apresentou como escritor, se encontrou com José Dirceu nos corredores da Câmara e o atingiu com a bengala. Esse senhor está representando a indignação de milhares e milhares de brasileiros – considerou o senador.

Ainda na terça-feira, o autor da agressão contra Dirceu, Ysis Hublet, 67 anos, foi liberado pelo Departamento de Polícia Legislativa da Câmara.

Almeida Lima afirma que “obra não está completa”

Almeida Lima (PMDB-SE) disse que a cassação do mandato de deputado do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) não significa que “a obra” tenha acabado. Para o senador, faltam depor nas CPIs o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o irmão e o filho do presidente da República, o assessor flagrado com dinheiro na cueca e a empresa GDK, que presenteou o ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira com um jipe Land Rover.

– Precisamos urgentemente instalar a CPI do Caixa Dois para investigarmos amplamente todas as campanhas eleitorais. Nada deve ser levado para debaixo do tapete. A vida pública deve ser transparente – afirmou.

Mercadante critica oposição por ameaçar votações

Aloizio Mercadante (PT-SP) criticou a postura da oposição, que chegou a ameaçar obstruir a votação do Orçamento para 2006 até que se desse o julgamento do processo contra José Dirceu (PT-SP) na Câmara. O senador considerou a atitude um “grave precedente” contra os direitos e garantias fundamentais e um atentado ao Estado democrático de direito. Mercadante indagou se, ao cercear o direito ao devido processo legal não se estaria criando, no Senado, “jurisprudência” no sentido de que qualquer parlamentar que esteja sofrendo processo não possa participar de votações importantes, sendo que essa é uma prerrogativa do mandato enquanto o processo não tenha sido julgado.

COMISSÕES

Cobrança mais ágil de dívida judicial

A sentença condenatória relacionada ao pagamento de obrigações de quantia certa poderá ter força executiva, deixando de exigir que o cidadão entre novamente na Justiça para cobrar dívidas já reconhecidas em processo de conhecimento – fase na qual se discute o mérito da matéria. O fim da necessidade de uma posterior ação de execução está previsto em projeto de lei (PLC 52/04) de autoria do Poder Executivo que foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será submetido ao Plenário.

O projeto altera o Código de Processo Civil, segundo o relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), para acabar com a separação os processos de reconhecer o direito do credor e o de garantir o pagamento da dívida.

– A famosa frase “ganhou mas não levou” tende a acabar, pois é comum um cidadão ganhar uma sentença favorável na Justiça e não receber imediatamente o pagamento – explicou José Jorge.

Pela proposta, o atual processo de execução de títulos judiciais é eliminado, já que as sentenças sobre eles serão cumpridas mediante mandado do juiz, em continuação ao processo de conhecimento, nos mesmos autos. A defesa do devedor será feita por meio de uma simples impugnação e não mais oferecendo bens à penhora visando ação de embargos do devedor.

– O projeto diminui as tentativas protelatórias de nomeação de bens à penhora e de embargos somente para se ganhar tempo, tornando mais célere, menos onerosa e mais eficiente a execução de sen-

tença que condena ao pagamento de quantia certa – explicou Valadares.

Para evitar o retorno do projeto à Câmara, Valadares rejeitou emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) que tornava ato atentatório à dignidade da Justiça o fato de o réu não cumprir intimação, em cinco dias, para informar ao juiz quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora. Dada a importância da emenda, Alvaro Dias e Valadares acordaram em apresentar projeto autônomo com o texto rejeitado.



O relator Antônio Carlos Valadares (E) considera que mudanças aprovadas na CCJ impedirão manobras judiciais para protelar pagamento de dívidas

Petição inicial poderá ser indeferida se contrariar STF

Uma petição inicial poderá ser indeferida pelo juiz quando confrontar súmula do Supremo Tribunal Federal, conforme projeto (PLS 134/04) de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

– Não tem sentido processar toda a causa para, só após, proferir julgamento externando convicção que já poderia ter manifestado no exame da inicial – afirma Simon. O projeto recebeu parecer favorável do relator, Alvaro Dias

(PSDB-PR), e altera artigos do Código de Processo Civil.

Outro projeto (PLS 106/04) relatado por Alvaro Dias e aprovado pela CCJ foi apresentado por Roseana Sarney (PFL-MA) e estabelece que os incentivos previstos nos artigos 218 e 219 da Constituição serão de natureza fiscal e creditícia e terão por objetivo reduzir o custo da produção interna de ciência e tecnologia. A matéria será submetida à Comissão de Educação.

Prescrição de dívida de serviços públicos pode cair para um ano

Para desobrigar o usuário de serviços públicos continuados de guardar recibos por cinco anos, a CCJ aprovou projeto (PLS 366/04) de César Borges (PFL-BA) que reduz para um ano o prazo de prescrição das dívidas oriundas de serviços públicos, urbanos e rurais, de energia elétrica, telefo-

nia, gás canalizado e saneamento. Foram aprovados ainda o Projeto de Lei Complementar 138/02, que autoriza o Executivo a instituir a região Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento; e o PLS 130/02, de Edison Lobão (PFL-MA), sobre a revitalização do rio Itapecuru.

Comissão decide sobre recriação da Sudene

O parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o projeto de lei complementar que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), é o primeiro item da pauta da CCJ nesta quarta-feira. Na reunião anterior o relatório foi lido, mas pedidos de vista levaram o presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a adiar a deliberação.

A proposta integra a pauta de prioridades do Congresso, elaborada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, para votação até o final do ano. De iniciativa do Executivo, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e chegou ao Senado em agosto de 2004.

Apuração de improbidade deverá ser comunicada

A comissão processante criada para apurar ato de improbidade administrativa de agentes públicos terá prazo de dez dias para informar o Ministério Público (MP) e o tribunal ou conselho de contas competente sobre a existência do processo administrativo, sob pena de responsabilidade civil solidária de seus integrantes. Se não houver recurso para exame do Plenário, o

PLS 420/03, do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), aprovado em decisão terminativa pela CCJ, será remetido à Câmara.

O projeto estabelece ainda que se o ato envolver a aplicação de recursos da União por estado ou município, a comunicação deverá ser feita também ao Congresso Nacional e à Controladoria Geral da União, para a adoção das medidas cabíveis.

Medicamentos do SUS em farmácias comerciais

Os medicamentos essenciais ao tratamento de pessoas carentes poderão ser distribuídos pelas farmácias comerciais, que serão ressarcidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). É o que determina substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a projeto (PLS 111/03) de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado na quarta-feira pela CCJ.

O texto incorpora parte do PLS 210/02, do ex-senador Mauro Miranda, que obrigava o

SUS a distribuir leite em pó aos filhos de até dois anos de mães com HIV ou doentes de Aids.

Os medicamentos só poderão ser distribuídos pelas farmácias comerciais se prescritos por profissionais legalmente habilitados e se o SUS não puder fornecê-los. O doente e a farmácia deverão ser cadastrados pelo SUS. Se aprovado em turno suplementar na CCJ, o projeto será depois analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Continua debate sobre inclusão do teatro no Simples

A possibilidade de incluir empresas produtoras de teatro no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples) será debatida entre o setor e o governo. O compromisso foi assumido pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Hélcio Tokeshi, em audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE).

O secretário condicionou a medida às conclusões de estudo técnico encomendado a tributaristas pelo Ministério da Cultura, como disse Sérgio Sá Leitão, secretário de Políticas Culturais.

– A inclusão de novos setores no Simples não está excluída a



Senador Sérgio Cabral (C), ao lado de Hélcio Tokeshi, secretário de Acompanhamento Econômico, abre audiência sobre Simples

priori, embora se deva levar em conta a intenção do legislador. Existe o risco de perda de receita e outros profissionais podem perguntar por que também não seriam beneficiados – disse Tokeshi.

O produtor de espetáculos está proibido de optar pelo Simples por um dispositivo da lei que inclui ainda profissionais liberais como atores, cantores,

médicos, dentistas, engenheiros, arquitetos e economistas.

A audiência foi convocada também para debater o contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especialmente para o setor de artes cênicas. Sá Leitão informou que será lançado em breve edital de R\$ 16 milhões e observou que a pasta destinou R\$ 97 milhões em 2004 ao setor.

Idosos com atendimento prioritário em hospitais

Idosos e portadores de deficiência, assim como gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo terão direito a atendimento prioritário em hospitais, de acordo com projeto de lei (PLS 181/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em turno suplementar.

Para estender esse atendimento a todas as instituições de saúde, inclusive clínicas de exames ambulatoriais, a proposta foi aprovada na forma do substitutivo do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O projeto ampliou a abrangência da Lei 10.048/00, que criou essa

prioridade em repartições públicas, empresas concessionárias e instituições financeiras.

Paim afirmou, na justificativa, que é notório que as pessoas idosas são desrespeitadas cada vez mais e passam por situações constrangedoras.

A CDH também aprovou requerimento de Paim em que ele pede audiência pública, em 14 de dezembro, para debater as demarcações das terras Krahô/Kanela.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), anunciou que irá propor ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação de uma comissão especial para debater a assistência aos usuários de drogas.



Cristovam Buarque

COMISSÕES

Rolagem de dívida rural passa na CAE

As dívidas dos agricultores familiares poderão ser pagas em prazo mais longo, conforme projeto do senador César Borges (PFL-BA) aprovado na terça-feira, em turno suplementar, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Emenda acolhida pelo relator e autor de substitutivo ao projeto, senador Osmar Dias (PDT-PR), beneficia também os produtores da região Sul prejudicados pela seca.

O texto aprovado em primeiro turno autorizava a repactuação apenas das dívidas de pequenos produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo incluídas na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Pelo projeto, podem ser renegotiados contratos, no valor de até R\$ 50 mil, de mutuários que estejam em dia com suas obrigações ou que regularizem sua situação em até 180 dias após a regulamentação da proposta.

A proposta, que ainda será submetida à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), teve tramitação marcada por intensas negociações entre oposição e governo: a área econômica temia o impacto fiscal dos benefícios.

Na primeira votação, houve acordo para reduzir o limite dos



Projeto de César Borges (D) recebeu substitutivo do relator Osmar Dias e será submetido à Comissão de Agricultura

contratos de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou diminuir o impacto do projeto na fase de emendas que antecedeu o turno suplementar, mas Osmar Dias rejeitou mudança que reduzia a parcela da dívida passível de alongamento de R\$ 30 mil para R\$ 20 mil.

Mercadante ainda procurou novo entendimento, mas foi alertado pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), sobre a impossibilidade de alterar o substitutivo no turno suplementar. César Borges manifestou desagrado com a hipótese de outro

adiamento no exame do projeto.

– Se o governo não deseja votar, é preciso que explicita essa vontade – cobrou.

O parecer foi aprovado por todos os senadores presentes, inclusive Mercadante, que, no entanto, antecipou que tentará modificar o projeto na CRA e destacou iniciativa do governo de aumentar de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 9 bilhões os recursos para financiar a agricultura familiar. Ramez Tebet (PMDB-MS) fez apelo para que, como resposta às dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, a CRA examine o projeto com rapidez.

Adiada decisão sobre depósitos judiciais

Em resposta a apelo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos adiou a decisão sobre projeto da Câmara que autoriza estados e Distrito Federal a escolherem, por licitação, a instituição financeira pública ou privada em que serão feitos os depósitos judiciais e extrajudiciais, caso não exista uma instituição oficial estadual.

A proposta (PLC 73/05) também equipara estados e DF aos municí-

pios, elevando de 50% para 70% o percentual dos depósitos judiciais que podem ser imediatamente acionados por eles. Não há objeções entre os senadores quanto ao aumento da margem de acesso, mas o líder governista quer tempo para avaliar seu impacto para o Banco do Brasil.

O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), lembrou que na Bahia, depois de privatizado o banco estadual, o Banco do Brasil absorveu a maior parcela

dos depósitos judiciais: dos R\$ 350 milhões hoje depositados, apenas 13% estão no Bradesco, que adquiriu o antigo Baneb.

Os marcos legais sobre depósitos judiciais são distintos. Se tributos federais, a União pode dispor deles integralmente. Estados têm acesso a 50% e municípios, 70%, desde que façam fundo de reserva para garantir a restituição da parcela reclamada, em caso de decisão judicial contrária aos entes públicos.

Indicação de novo diretor do Dnit vai a Plenário

A indicação feita pelo presidente da República do nome de Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para ocupar o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) recebeu aprovação na terça-feira da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Foram 17 votos a favor e 4 contrários e a indicação ainda será submetida ao Plenário.

Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Mão Santa (PMDB-PI) criticaram o desempenho do governo Lula no setor de construção e conservação de estradas. Já o presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou a influência das empreiteiras na definição do Orçamento da União.

Ao comentar as críticas, Bittencourt afirmou que os questionamentos serão levados à diretoria do Dnit. Gilberto Goellner (PFL-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Ribeiro (PL-TO) – que elaborou o relatório sobre a indicação – manifestaram apoio a Bittencourt. Todos chamaram a atenção para a necessidade urgente de investimentos nas estradas brasileiras.

Aprovada recondução de dois diretores da ANA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou na terça-feira a recondução de José Machado e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para cargos de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Os atuais mandatos dos diretores acabam no próximo dia 19 de dezembro. Os nomes dependem ainda de exame e deliberação do Plenário. Se aprovados pelo Senado Federal, eles cumprirão outro mandato de quatro anos, na única recondução permitida pelo regulamento das agências.

Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) relatou a indicação do nome de José Machado e apresentou parecer favorável. César Borges (PFL-BA) ofereceu relatório pela aprovação de Benedito Braga. Atual diretor-presidente, Machado afirmou trabalhar para que os projetos da ANA não se restrinjam a uma única gestão.

– Aprendi a trabalhar sempre no campo suprapartidário para construir uma instituição permanente, com fôlego de longo prazo – disse.

Prioridade para software livre no uso do Fust

Os equipamentos eletrônicos para escolas e bibliotecas que forem adquiridos com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) deverão usar prioritariamente programas abertos de computador. A determinação consta de projeto (PLS 308/05) da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) aprovado na última terça-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). Se não houver recurso, a proposta será enviada à Câmara.

Pela proposta, os editais para adquirir ou financiar os equipamentos darão preferência ao software livre – “a cujo código-fonte se tenha acesso pleno e não-oneroso e no qual eventuais alterações não dependam do fornecedor ou do fabricante”.

Essa prioridade, explica Serys, permitirá a redução do pagamento de licenças de uso de software. Responsável pelo parecer favorável ao projeto, o senador Gilberto Goellner (PFL-MT) observa que a prioridade no uso de recursos do Fust é coerente e adequada. Depois de quase cinco anos de arrecadação, o fundo já tem mais de R\$ 4 bilhões, mas problemas jurídicos os mantêm retidos, disse. Essa retenção levou Eduardo Azere-

do (PSDB-MG) a questionar o projeto. “Estamos tentando criar uma lei para um fundo que não funciona”, advertiu.

Projeto de lei da Câmara (PLC 97/05) que determina 2006 como o Ano do Turismo, para o qual o relator, Leonel Pavan (PSDB-SC), pediu tramitação de urgência, foi também aprovado.

Pelo PLC 115/05, a escritora Rose Marie Muraro passará a ser Patrona do Feminismo Nacional. E projeto de resolução (PRS 82/05) do senador Valmir Amaral (PTB-DF) instituiu o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos. Quatro outros projetos de decreto legislativo deliberados autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.



Serys Shlessarenko diz que programa aberto permite economia de recursos

Presidente da Vivo fala de convergência tecnológica

O presidente da Vivo, Roberto Oliveira de Lima, participa de audiência pública que o Conselho de Comunicação Social realiza nesta segunda-feira para continuar debatendo o tema “Convergência tecnológica nos meios de comunicação”.

O conselho tem promovido conferências para abordar o assunto, especialmente para adequar a legislação sobre telecomunicações, radiodifusão e informática às inovações tecnológicas.

De manhã, o colegiado cumpre pauta de três itens. Um deles é a discussão do relatório do conselheiro Gilberto Carlos Leifert a respeito do Regulamento de Proteção dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.

Constam ainda da pauta a revisão do regimento interno do conselho e o relatório do conselheiro Paulo Tonet Camargo sobre classificação indicativa em programas jornalísticos ao vivo.

Economia está sob hegemonia financeira

A política econômica dos últimos anos no país – de altas taxas de juros e pesada carga tributária – resulta, entre outras causas, do fato de o comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central estar sendo exercido “por economistas ou financistas que provêm do mercado financeiro ou que lá pretendem chegar”. A afirmação é do economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP) Paulo Nogueira Batista Jr., que na segunda-feira esteve em audiência promovida pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego, presidida por Marcelo Crivella (PMR-RJ).

– Essa hegemonia tem contribuído muito para que a política econômica se distancie dos interesses maiores do país e do

grosso da população brasileira.

De acordo com o economista, ao contrário do que diz o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o regime de metas de inflação não é adotado em todo o mundo, nem pelos principais bancos centrais (dos EUA, União Europeia e Japão). Num total de 200 países, “o regime de metas é adotado por apenas 20”.

“A política do atual governo é pouco criativa e se limita a reproduzir a do governo anterior”, em que o nível de emprego é uma das principais vítimas.

– Programas assistenciais como o Bolsa-Família são muito importantes, mas nada substituí o emprego. Sem isso, não há sociedade que possa ser feliz e prosperar – enfatizou.

QUESTÃO AGRÁRIA Disputa acirrada na comissão de inquérito reflete polarização da luta pela terra no Brasil

Bancada ruralista aprova texto final da CPI da Terra

O relatório final aprovado pela CPI da Terra – que representou uma vitória da bancada ruralista sobre os parlamentares que defendem a reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – recomenda o indiciamento de três dirigentes de entidades ligadas ao MST e propõe projeto de lei que define como “ato terrorista” a invasão de propriedade realizada “com o fim de pressionar o governo”.

Esse documento, apresentado pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), foi acolhido na terça-feira, por 12 votos a favor e 1 contrário, logo após a rejeição (por 13 votos a 8) do relatório do deputado João Alfredo (PSOL-CE). Após a rejeição, o relator se retirou da sala em que a CPI se reunia. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez o mesmo, declarando que não poderia “ser cúmplice dos assassinatos e do trabalho escravo que existe no campo, especialmente sendo do Pará, o estado campeão dessas tragédias no Brasil”.

Para o presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), os dois relatórios “não são ideais” e o melhor seria uma composição. Ambos serão encaminhados às autoridades, disse, mesmo que, “em termos legais, o que vale é o documento aprovado”.

No relatório de Lupion, recomenda-se ao Ministério Público o indiciamento de José Trevisol, ex-dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca); Pedro Christófoli, também ex-dirigente da Anca; e Francisco Chiavon, dirigente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Os três são acusados de desvios de verbas públicas e de prestações de contas fraudulentas em convênios firmados entre a União e essas duas entidades vinculadas ao MST.

A CPI discutiu por mais de três horas o relatório de João Alfredo, que, em 800 páginas, apontou a impunidade e a concentração fundiária como as principais causas da violência no campo.

Como soluções, ele propôs reduzir a 35 módulos agrários a extensão permitida às propriedades rurais e pediu o indiciamento de quatro produtores rurais, entre eles o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, por incitação à violência, falso testemunho e ameaça.

O debate revelou profunda divergência na CPI, que, em mais de dois anos, realizou 43 reuniões de trabalho, visitou nove estados e ouviu 125 pessoas entre trabalhadores do campo, proprietários rurais, representantes de entidades, de governos e da sociedade civil.



Após três horas de discussão, integrantes da CPI derrubam o texto do relator e acolhem relatório que recomenda o indiciamento de líderes do MST



Ideal seria uma composição entre o relatório de João Alfredo (E) e o aprovado, diz Alvaro Dias



Flexa Ribeiro argumenta em favor do segundo relatório, durante acalorada discussão no colegiado



Ao declarar que não será “cúmplice de assassinato e de trabalho escravo”, Ana Júlia rasga o relatório aprovado



Heloisa Helena considera que a falta de uma política agrária tem levado ao aumento da violência

Relatório considera invasão de terras ato terrorista

CPI visitou áreas de conflito em todo o país

Em dois anos de atividades, a CPI da Terra ouviu o depoimento de mais de cem pessoas, entre proprietários de terras, trabalhadores rurais, pesquisadores e funcionários do governo. Também quebrou 21 sigilos bancários, fiscais e telefônicos de pessoas e entidades sob investigação – como foi o caso da União Democrática Ruralista (UDR) e de duas entidades ligadas ao MST: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab). Além disso, a comissão realizou audiências em nove estados: Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rondônia e São Paulo.

O Pará – estado que, até o início do ano, apresentava o maior índice nacional de mortes violentas no campo – foi visitado duas vezes. Uma das viagens ocorreu em abril, após o assassinato da freira norte-americana Dorothy Stang. Na ocasião, a CPI ouviu Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão, acusados de serem os mandantes do crime. Ambos estão presos. O caso do

Pará é emblemático não apenas pela violência e impunidade, mas também devido a uma de suas causas: a grilagem de terras. Segundo o Incra, há situações nesse estado em que, para um mesmo terreno, existem até dez títulos de propriedades diferentes.

Várias audiências foram caracterizadas pela polêmica entre os próprios integrantes da CPI, evidenciando a divisão ideológica entre os parlamentares. Um exemplo: ainda em abril, a comissão esteve em Curitiba, onde ouviu Valdir Copetti Neves, tenente-coronel da Polícia Militar paranaense. Ele foi preso por tráfico internacional de armas e por comandar uma milícia armada a serviço de proprietários rurais. Valdir respondeu a perguntas de parlamentares que o acusavam de agir com violência contra os sem-terra, como o relator João Alfredo (PSOL-CE), e de outros que o elogiavam, como o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR). Ao comentar a tensão que cercou a audiência, Alvaro Dias afirmou que, “o clima na comissão é um reflexo do que ocorre nos campos do país”.



Serys manifesta apoio e solidariedade ao relator, deputado João Alfredo



Relatório de Lupion apresenta denúncia contra entidades ligadas aos sem-terra

COMISSÕES

Inclusão social para moradores de rua

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em decisão terminativa projeto que autoriza o Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), visa oferecer a essa parcela da população oportunidades de qualificação profissional, além de proporcionar condições para inclusão social e assistência emergencial e permanente.

O programa, explicou o autor, será implementado por convênios entre a União, estados, municípios e entidades privadas, para atender às pessoas com renda inferior à linha de pobreza e que não possuem domicílio. Os recursos para o programa serão oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

– O projeto quer garantir o direito à cidadania a esses moradores de rua – observou Paim.

Em seu relatório – lido por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) –, Patrícia Saboya (PSB-CE) res-

saltou que o projeto (PLS 299/04) possui enorme alcance social, uma vez que beneficia segmento extremamente vulnerável. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Roldolpho Tourinho (PFL-BA) e Iris de Araújo (PMDB-GO) também manifestaram apoio ao programa.

A CAS aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de Eduardo Azeredo que estende para seis meses o seguro-desemprego para pessoas com deficiência (PLS 127/04). Se não houver recurso, o texto segue para a Câmara.

Na mesma reunião, foi acolhida proposta que regulamenta a profissão de agente de segurança privada (PLC 48/03). O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que a regulamentação da profissão poderá contribuir para a eliminação de empresas que atuam



CÉLIO AZEREDO

Aprovada na CAS, proposta de Paim cria programa de apoio à população de rua

clandestinamente no mercado. A matéria vai a Plenário.

Também em caráter terminativo, foi aprovado projeto segundo o qual a contratação de agente comunitário de saúde, quando realizada por vínculo indireto com a administração pública, deve observar as normas da CLT. O projeto (PLS 106/05) é de autoria de Papaléo Paes (PSDB-AP).

Mais apoio aos brasileiros no exterior

Os parlamentares que integram a CPI Mista da Emigração Ilegal vão pedir ao ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que os brasileiros que moram no exterior recebam gratuitamente o coquetel de remédios utilizados no tratamento da Aids, como já acontece no Brasil. Marcelo Crivella (PMR-RJ), presidente da CPI, disse que a maioria dos brasileiros residentes em outros países não tem condições de comprar os medicamentos.

Outra providência que a comissão pretende tomar para auxiliar os emigrantes e suas famílias é assegurar recursos do Orçamento de 2006 para a repatriação dos corpos de brasileiros falecidos fora do país.

Ao relatar viagem da CPI a

Londres, em novembro, para acompanhar as investigações sobre o assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes, Crivella ressaltou que, sem a contribuição dos imigrantes, as contas da previdência inglesa não fechariam. Segundo informações de parlamentares britânicos, disse, seriam necessários quatro trabalhadores na ativa para sustentar cada aposentado inglês e os imigrantes que vivem na Inglaterra, na maioria dos casos sem dependentes, são parte importante desse cálculo.

Também o deputado Neucimar Fraga (PL-ES) informou sobre

sua viagem à cidade de El Centro, nos Estados Unidos, onde pôde confirmar a existência de um cemitério onde estão enterrados quase 200 corpos, supostamente

de brasileiros. A denúncia sobre o cemitério foi feita pelo jornalista Alan Rodrigues, durante audiência na CPI, em setembro.

Os parlamentares querem realizar campanha para informar à sociedade que deverá ser feito um cadastro com dados sobre brasileiros desaparecidos nos EUA durante a travessia da fronteira, com o objetivo de identificar os corpos que estão no cemitério.

Brasileiro residente em outro país pode receber remédio contra Aids

Comissão do Mercosul aprova acordos

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou parecer favorável aos relatórios de dois acordos internacionais assinados pelo Brasil. O primeiro prevê a cooperação econômica entre os países do Mercosul e a Índia, com vistas à implantação de uma área de livre comércio entre as nações latinas e o país asiático. O acordo foi relatado por Ramez Tebet (PMDB-MS) e teve como relator *ad hoc* o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC).

O outro acordo procura es-



Sérgio Zambiasi

timular a troca de informações entre as autoridades fazendárias do Brasil e da Argentina, no sentido de facilitar a aplicação das leis de concorrência comercial pelos dois países.

Os textos aprovados serão encaminhados à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara para serem transformados em projetos de decreto legislativo, os quais precisarão ser deliberados pelo Congresso, para que as medidas acertadas possam entrar em vigor.

O presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mer-

cosul, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), registrou a assinatura, na quarta-feira, do Compromisso de Puerto Iguazu, firmado pelos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Nestor Kirchner. O ato, ressaltou o senador, reafirma a parceria estratégica entre os dois países. Ele lembrou que, há 20 anos, em 30 de novembro de 1985, os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinavam a Declaração de Iguazu, marco inicial do processo de construção do Mercosul.

– Passados 20 anos, o gesto dos atuais presidentes, além de render homenagem a seus antecessores, atesta o sucesso na construção de laços de amizade e de cooperação – frisou.

Acolhidas indicações para duas embaixadas na África

Os preparativos para uma grande reunião de cúpula entre países africanos e sul-americanos, prevista para 2007, deverão estar entre as prioridades do futuro embaixador brasileiro na Nigéria, Pedro Luiz Rodrigues. Sua indicação para o cargo recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por unanimidade, e será agora apreciada pelo Plenário.

A reunião de cúpula, cujo formato será semelhante ao encontro de representantes de países árabes e sul-americanos realizado em Brasília, deverá ocorrer na Nigéria, país mais populoso da África e sexto maior produtor mundial de petróleo.

– A Nigéria é o país africano com o potencial mais amplo de relacionamento econômico e político com o Brasil – disse Rodrigues, atual ministro-consultor na embaixada brasileira em Paris, cuja indicação teve o

voto favorável do relator, senador Marco Maciel (PFL-PE).

São Tomé e Príncipe tem posição estratégica

Também foi aprovada por unanimidade a indicação de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para o cargo de embaixador brasileiro em São Tomé e Príncipe – país de língua portuguesa situado no Golfo da Guiné, na costa ocidental da África.

São Tomé e Príncipe conta com uma posição estratégica e poderá vir a ser utilizado como plataforma de entrada dos produtos brasileiros nos países da região do Golfo da Guiné, segundo observou em seu parecer favorável a relatora da mensagem presidencial, Serys Shlessarenko (PT-MT).

Além disso, como citou Santos Júnior, existe uma grande expectativa em torno da exploração das jazidas de petróleo do país.

Alencar pode ser convocado a falar sobre as Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidirá em sua próxima reunião se convoca ou não o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar, para prestar esclarecimentos a respeito da atual situação das Forças Armadas. Um requerimento com esse objetivo, apresentado por Jefferson Péres (PDT-AM), foi retirado de pauta, depois de provocar debate entre os integrantes da comissão.

Jefferson Péres recordou que Alencar era esperado pela CRE na quinta-feira, juntamente com os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, mas cancelou o comparecimento.

Segundo o presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), José Alencar prometeu comparecer à comissão em

janeiro ou fevereiro, caso o Congresso esteja em funcionamento. Serys Shlessarenko (PT-MT) pediu para que se reforçasse o convite ao ministro e se evitasse uma convocação, enquanto Marcelo Crivella (PMR-RJ) lembrou que Alencar possui agenda muito cheia.

O ministro desejava ter comparecido à comissão na semana passada, assegurou Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que conversou com Alencar, mas julgou mais conveniente tratar da questão inicialmente com o presidente Lula.

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) defendeu a convocação do ministro e Romeu Tuma (PFL-SP) observou que o convite para o debate visa buscar soluções para os problemas das Forças Armadas.

Goellner quer discutir gestão de florestas e agroindústria

Durante audiência realizada na quarta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Gilberto Goellner (PFL-MT) disse que a gestão de florestas e a agroindústria devem receber atenção especial no projeto que institui o Programa Agrícola Fronteira Norte (PLS-153/02). O senador informou ainda que quer apresentar emenda à proposta para incluir todas as fronteiras brasileiras com outros países, priorizando a Amazônia Legal.

– Com a gestão de florestas públicas, poderíamos incluir as famílias. O Brasil está esquecendo sua maior renda, a madeira, que está sendo explorada de forma errada e por estrangeiros – afirmou.

A audiência, solicitada pelos

senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), teve a finalidade de instruir o projeto que institui o Programa Agrícola Fronteira Norte. Pela proposta, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o programa será implementado em área formada por municípios dos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Os principais objetivos do projeto são a promoção da fixação do homem no campo, desestimulando o êxodo rural e estabelecendo modelos de desenvolvimento sustentável.

PLENÁRIO

Sérgio Cabral exige rigor com traficantes

Ao classificar como terrorismo e intimidação ao poder público o ataque de traficantes de drogas a um ônibus, ocorrido na terça-feira no Rio de Janeiro, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) solidarizou-se com as famílias dos cinco passageiros mortos e dos feridos, e defendeu medidas duras de segurança pública, além de obras para modificar a situação geográfica das favelas.

– O poder público não pode se intimidar, tem que enfrentar os bandidos com todos os instrumentos possíveis. Hoje em dia as favelas são verdadeiras fortalezas do crime. Temos que fazer planejamento urbano para facilitar o acesso. Não pode mais haver áreas proibidas como existem hoje – afirmou Sérgio Cabral.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou mais investimentos federais na área social como forma de conter a

violência urbana. Para ele, não adianta fazer leis se existem lugares onde uma ambulância, por exemplo, não entram sem permissão de bandidos.

– É hora de priorizar o social e humanizar a vida nas favelas. Acho que as leis precisam ser aperfeiçoadas, mas não é dessa maneira que vamos resolver os problemas do Brasil – considerou.

Marcelo Crivella (PMR-RJ) lembrou as prioridades dos especialistas no simpósio "Grito do Rio": construção de mais penitenciárias; aumento das penas e dos efetivos policiais; interligação dos bancos de dados das várias polícias; e reforço da Polícia Militar.

– Esse é o grito dos ricos. O verdadeiro grito do Rio é saúde, emprego e dignidade. O presidente Lula não inaugurou nada no Rio de Janeiro. Onde estão os investimentos? – indagou.

Osmar Dias pede reflexão sobre plano para o Paraná

O senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ao presidente Lula que leia, reflita e aprenda com o documento que receberá nesta quarta-feira em Curitiba (PR), no encerramento do Fórum Futuro 10 Paraná.

O evento, uma iniciativa da Rede Paranaense de Comunicação/Gazeta do Povo em parceria com outras 11 instituições, reuniu, desde julho, 5.070 representantes empresariais, sociais e políticos para debater idéias para o desenvolvimento do estado.

– Cansada de esperar por soluções, a sociedade elaborou esse documento que trata de temas importantes como educação,

segurança, equilíbrio das contas públicas, reforma política e orçamento diferenciado para os municípios com baixos índices de desenvolvimento. Espero que o documento não seja apenas recebido por Lula, por seus ministros e pelo governador do Paraná [Roberto Requião] – disse Osmar Dias.

O fórum teve oito encontros regionais em que foram discutidos não apenas os problemas, mas as principais virtudes de cada região. Segundo Osmar Dias, um dos objetivos foi ouvir a sociedade para traçar um plano estratégico integrado para o desenvolvimento do Paraná.

Sarney agradece apoio de FHC no caso do Convento das Mercês

O senador José Sarney (PMDB-AP) agradeceu o apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que o elogiou pela criação de um memorial em que são preservados os documentos da gestão de Sarney como presidente da República (1985-1990). A Fundação da Memória Republicana José Sarney tem



José Sarney

sede no Convento das Mercês, em São Luís (MA), e pode ser despejada por iniciativa do governo do estado.

– O comportamento de Fernando Henrique Cardoso é mais do que uma demonstração de magnanimidade. É um exemplo de civilidade e cordialidade – afirmou o senador.

Jereissati: não se reverte queda do PIB

Com a queda de 1,2% do produto interno bruto (PIB) no último trimestre, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que não há como o Brasil recuperar as perdas dos últimos quatro anos, que, segundo ele, foram os de maior crescimento mundial.

– O Brasil ficou para trás, jogou fora a oportunidade e não desfrutou essa prosperidade – disse.

O senador afirmou ainda que, no mesmo trimestre, o PIB dos Estados Unidos cresceu 4,7%, o que aumenta ainda mais a distância entre os dois países. Jereissati acredita que, entre os fatores que levaram ao mau resultado econômico estão os juros altos, a falta de harmonia e as divergências públicas entre a equipe de governo, e a

ambigüidade do presidente, que estimula essas diferenças.

– Essa situação não transmite ao agente econômico a confiança necessária para investir e isso é essencial para o crescimento – observou.

Jereissati acredita que o país

está paralisado e criticou a falta de investimentos públicos e de clareza sobre projetos futuros. Para ele, essa situação, aliada aos altos juros e ao dólar desvalorizado, torna a economia brasileira estagnada.

Arthur Virgílio Neto (PSDB-



ROOSEVELT PINHEIRO

Para Jereissati, Brasil não aproveitou a situação mundial favorável ao crescimento

AM) apoiou Jereissati e Sibá Machado (PT-AC) lembrou que o Brasil caminha para uma redução das diferenças sociais. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou que ainda há muitas diferenças de renda entre as classes sociais no país.

Iris reclama mais ousadia no corte dos juros

Comentando a queda de 1,2% do PIB no terceiro trimestre de 2005, Iris de Araújo (PMDB-GO) reclamou da política de juros do governo e pediu mais ousadia no corte das taxas, argumentando que os juros altos prejudicam a economia porque inibem o consumo, a produção e aumentam o desemprego.

Almeida Lima (PMDB-SE) opinou que a política de juros do governo representa uma lógica perversa.

César Borges critica a política de Palocci

Para César Borges (PFL-BA) a contração da economia “coloca na berlinda a política de Palocci”.

– Ela privilegia apenas o superávit primário, que tem sido obtido por meio de altas taxas de juros e da inibição dos investimentos – afirmou o senador, criticando também o aumento dos gastos correntes do governo.

– Essa política, que é equivocada, danosa e suicida, está sacrificando o país.

Arthur Virgílio comenta fraco desempenho econômico

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou o resultado negativo do PIB do terceiro trimestre de 2005, recém-divulgado pelo IBGE, que para ele revelaria uma drástica desaceleração da economia brasileira. Ele lamentou que a expansão do PIB nos últimos quatro trimestres tenha ficado em 3,1%. Na avaliação do parlamentar, a economia precisaria apresentar um desempenho excepcional, com grandes e súbitos recordes de

produção, para essa taxa subir nos próximos três meses.

– É bom lembrar que, no último trimestre de 2004, o PIB cresceu 5,9%, em relação a igual período de 2003 – o melhor resultado do indicador numa série recente. É esse o resultado que teria que ser superado no último trimestre de 2005 – afirmou.

Outra tendência que preocupa o senador é a de que, como na agropecuária, a indústria também perca dinamismo.

Agripino relaciona retração da economia à política monetária

Ao comentar a retração da economia, o senador José Agripino (PFL-RN) criticou a política monetária do governo, destacando que as altas taxas de juros “encarecem o investimento e inibem o mercado consumidor”. Para o líder do PFL no Senado, as taxas de juros são uma forma legítima de se controlar a inflação, “mas não é necessário utilizar um remédio tão amargo, pois não se cura a febre quebrando o termômetro”. Agripino também lembrou que essas taxas levaram ao aumento da dívida pública – que, segundo ele, já se aproxi-

ma de R\$ 1 trilhão.

– Como se pode equilibrar a relação entre dívida pública e PIB, tão enfatizada pelo governo, se essa dívida está crescendo e o PIB, diminuindo? – indagou.

O senador também frisou que “os juros altos têm produzido uma taxa de câmbio irreal”.

– O dólar não poderia estar cotado em cerca de R\$ 2,20. Isso prejudica as exportações – protestou.

Para Agripino, a redução da taxa básica de juros para 18,5%, na semana passada, deveria ter ocorrido há quatro meses.

CRECHES - Paulo Paim (PT-RS) pediu que seja votado na próxima semana, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), projeto de lei (PLS 298/03) de sua autoria que assegura assistência gratuita em creches e pré-escolas a filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais na faixa etária de zero a seis anos. A matéria aguarda parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

CAIXA DOIS - Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou o juiz Julier Sebastião da Silva de tentar impedir a divulgação de denúncias de caixa dois na campanha do PT à prefeitura de Cuiabá, em 2004. Apesar de reconhecer os méritos de Julier – que condenou à prisão João Arcanjo Ribeiro, um dos líderes do crime organizado em Mato Grosso –, Antero afirmou que o juiz “não vacila em usar a toga em favor do PT e de seus candidatos”.

METRÔ - Marco Maciel (PFL-PE) lamentou que a construção do metrô do Recife, iniciada há 25 anos, não tenha recebido em 2005 recursos do governo federal para sua finalização. Para Maciel, do descaso o governo foi para a “completa desconsideração” das necessidades das populações carentes, já que o Orçamento de 2006 não prevê recursos para o metrô.

AFTOSA - Aelton Freitas (PL-MG) elogiou as medidas do governo de Minas Gerais para prevenir a febre aftosa no estado, e considerou que talvez tenha faltado ao governo federal a percepção da importância do investimento em defesa sanitária animal. – A preocupação do governo mineiro se justifica, uma vez que Minas possui o terceiro maior rebanho bovino do país, com 21 milhões de cabeças de gado – afirmou o senador.

UNIVERSIDADES - O senador Almeida Lima (PMDB-SE) acusou o governo de medíocre, devido à “incapacidade de perceber a importância das universidades federais na construção da cidadania” e não negociar com os professores em greve. O parlamentar lembrou que eles lutam por reajuste de 18% no salário-base, incorporação das gratificações, retomada dos anuênios, plano de carreira e realização de concursos.

PLENÁRIO

Tião Viana elogia redução da pobreza

Com o respaldo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004, o senador Tião Viana (PT-AC) disse estar convicto sobre a redução da desigualdade social no país. A construção desse cenário, assinalou, foi propiciada pela geração de 2,7 milhões de empregos; redução na concentração de renda; ampliação dos investimentos públicos nos municípios; aumento dos gastos sociais federais, com a inserção de 11,7 milhões de famílias beneficiárias no Bolsa-Família; e pelo ganho real no valor do salário mínimo.

Os comentários do petista também se basearam em análise do técnico Marcelo Néri, coor-

denador do estudo "Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas", realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir dos dados da Pnad 2004. Segundo Néri, a distribuição de renda *per capita* em 2004 foi mais igualitária que em 2003.

Seria possível atestar essa evolução, observou Tião Viana, pela queda na proporção de pessoas abaixo da linha de miséria (rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 115, segundo a FGV), que passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004.

Sobre a distribuição de renda domiciliar *per capita*, o estudo da FGV revela que, entre 2003 e 2004, houve redução de um ponto percentual no rendimento

dos 10% mais ricos, enquanto os 50% mais pobres tiveram aumento de renda de 0,6%.

Apesar de exaltar o resultado, Tião Viana advertiu que os indicadores sociais ainda envergonham o país, mas ressaltou o empenho do atual governo federal em implementar políticas sociais e diretrizes econômicas que levem à desconcentração da renda.

Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO) reconheceram avanços nos indicadores sociais e na melhoria da vida da população.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou a dianteira do Brasil em termos de concentração de renda na América Latina.

Lúcia Vânia recomenda cautela com resultado

Em contraponto ao senador Tião Viana, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) recomendou ao governo federal cautela na análise dos números divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Ela argumentou que a redução de 8% na miséria do país, registrada em 2004, foi inferior à verificada nos anos de 1995 e de 2002, respectivamente 18% e 9%.

A senadora citou entrevista publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em que o diretor do Centro das Indústrias de São Paulo, Boris Tabacof, revela que os dados da indústria paulista durante este ano não mostram avanços no consumo de alimentos, calçados, roupas e bebidas. Lúcia Vânia expressou sua preocupação com o fato de o endividamento do trabalhador estar retraindo o consumo.

– O número de consumidores endividados subiu 63% em novembro, contra 59% em outubro, conforme pesquisa de endividamento da Federação do Comércio de São Paulo. A pesquisa também mostra que esse consumidor detém pouca renda e precisa recorrer a uma ou mais modalidades de crédito,



Endividado, consumidor recorre ao crédito até para comprar alimentos, afirma Lúcia Vânia

ofertado a juros altos e com prazos reduzidos. Mas o que mais preocupa é a inadimplência no setor de supermercados, em especial no consumo de alimentos – avaliou Lúcia Vânia.

Segundo a senadora tucana, pesquisa do Programa de Administração de Varejo da Fundação Instituto de Administração apurou que 26,5% das pessoas com renda de até três salários mínimos parcelam as compras no supermercado. Ela opinou que, se o consumidor brasileiro está comprando alimentos a prazo, há algo errado na economia.

Para Cristovam, não há o que comemorar

Ao comentar pesquisa da FGV que atesta uma diminuição da pobreza no Brasil, de 27,26%, em 2003, para 25,08%, em 2004, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que não se deve exaltar essa "minúscula redução da miséria".

Para o parlamentar, não há comemoração quando ainda 45 milhões de pessoas estão na miséria. Cristovam afirmou que o governo pode até divulgar a pesquisa, mas deve pedir desculpas pelo fato de o problema ainda

não ter sido resolvido.

De acordo com o senador, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) chegou à conclusão de que, na verdade, a pobreza aumentou em 1,2% em 2004, caso seja levada em conta não apenas a renda, mas também a incidência das necessidades básicas, como moradia, acesso a água potável, saneamento e educação básica.

– A verdade é que comemoramos no Brasil nossos avanços como uma tartaruga que cami-

nha sem rumo certo, sem percebermos que ao nosso lado os outros países estão caminhando em velocidade muito maior e em direções corretas – afirmou o senador, ao acrescentar que a Cepal atesta que, em 2004, na Argentina a pobreza caiu 16% nas áreas urbanas.

Cristovam observou que, para reduzir a pobreza, o Brasil necessitaria de um choque social. Em aparte, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram o discurso.

Aumento do repasse a prefeituras volta à pauta

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou do Congresso Nacional e do governo federal a aprovação do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 22,5% para 23,5%, um dos itens da reforma tributária. Ele considerou insuficiente o repasse de R\$ 991 milhões a estados e municípios por parte do Tesouro Nacional – conforme matéria publicada pelo jornal *O Globo* –, mas reconheceu que os recursos liberados deverão viabilizar o pagamento do 13º salário aos servidores de muitas prefeituras.

O senador criticou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por condicionar o aumento à aprovação da reforma tributária.



Garibaldi Alves Filho diz que FPM não tem coberto os gastos municipais

– Ele foi taxativo ao se dizer contrário à votação do dispositivo separadamente.

Garibaldi informou que mais de mil prefeitos estarão em Brasília na próxima semana para cobrar o aumento do FPM.

Maranhão protesta contra mau atendimento no SUS

Reportagem publicada pela revista *IstoÉ* levou o senador José Maranhão (PMDB-PB) a protestar contra a situação de "penúria e desrespeito" vivida pela população que utiliza os hospitais públicos no país. Segundo ele, pesquisa do Ministério da Saúde revelou que mais de 90% dos brasileiros são usuários, direta ou indiretamente, do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Trata-se de mais de 164 milhões de pessoas que dependem

de ações governamentais para ter acesso aos serviços de saúde – ressaltou o senador, para quem os serviços não correspondem à "brutal carga tributária" imposta aos cidadãos.

José Maranhão lamentou a carência de recursos humanos e de infra-estrutura, frisando que os resultados de programas federais criados para melhorar a relação entre o usuário e o atendimento hospitalar são insatisfatórios.

Raupp exalta lei aprovada contra armas químicas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) exaltou a aprovação de projeto de lei da Câmara (PLC 26/98) que proíbe produção, estocagem e uso de armas químicas em território brasileiro, resultado da Convenção Internacional sobre a Proibição de Armas Químicas, assinada pelo Brasil em 1993.

Raupp elogiou ainda o papel desempenhado pelo embaixador brasileiro Maurício Bustani como diretor-geral da Organização para Proibição de Armas Químicas (Opaq), vinculada à ONU. Bustani, destacou o senador, conseguiu em poucos anos duplicar o número de países signatários da convenção.

Pavan pede que Plenário alongue dívida de agricultor

Em nome da liderança do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, urgência na tramitação do projeto de lei (PLS 517/03) que autoriza o alongamento de dívidas de agricultores familiares, aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ele disse temer que haja um trabalho de bastidores contrário à matéria.

Segundo Pavan, o relator do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), acatou emenda de sua autoria e do senador Osmar Dias (PDT-PR) para incluir a região Sul entre os beneficiários.

HIDROVIAS - Efraim Morais (PFL-PB) criticou o governo federal pelo descaso na gestão dos recursos hidroviários, para ele a modalidade de transporte com melhor relação custo-benefício para grandes quantidades de carga. Segundo o senador, dados da Administração da Hidrovia do Paraná indicam que, dos 40 mil quilômetros de vias navegáveis, 28 mil são aproveitáveis, mas apenas 10 mil quilômetros são, de fato, utilizados.

ALCOOLISMO - Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a adoção de medidas rigorosas que alertem para os riscos do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Ela citou estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentado na Conferência Pan-Americana de Políticas Públicas sobre o Alcool, segundo o qual o consumo aumentou em 70% nos últimos 35 anos. "O abuso do álcool ocorre em todas as classes sociais", afirmou.

MADEIREIRAS - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou atenção para as dificuldades enfrentadas pelas madeireiras no Pará. Ele disse que essas empresas não estão conseguindo aprovar os seus projetos de manejo ambiental no Ibama. – São madeireiras legalmente constituídas, com titularidade das terras, e não empresas que fazem grilagem e desmatamento irregular – afirmou o senador.

AMAZÔNIA - Augusto Botelho (PDT-RR) endossou opinião do general Luiz Gonzaga Lessa, ex-comandante da Amazônia, que defendeu a exploração da floresta em benefício do Brasil. O senador lembrou que líderes já se disseram a favor da internacionalização da Amazônia, argumentando que a soberania do Brasil é relativa. "Eles falam isso como se fosse possível existir meia soberania, já prevendo a disputa por fontes de água", assinalou.

CRIME ORGANIZADO - Serys Slhessarenko (PT-MT) aplaudiu a decisão do juiz Julier Sebastião pela abertura de inquérito policial para apurar crimes de lavagem de dinheiro do empresário João Dorileo Leal, dono do Grupo Gazeta de Comunicação. Segundo ela, a quebra de sigilo bancário demonstrou intensa movimentação financeira entre Leal e João Archanjo Ribeiro, o "Comendador", chefe do crime organizado no estado.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na quinta-feira, em Maceió, que colocará em votação ainda este mês propostas que garantam, na Constituição, verbas orçamentárias para a segurança pública, evitando o contingenciamento de recursos para o setor pelo governo federal. Ele lembrou que essa foi a solução encontrada para viabilizar mais recursos para as áreas da saúde e da educação. - Segurança pública é hoje o grande problema no qual a sociedade brasileira se debate. O Fundo Nacional de Segurança Pública é insuficiente e passível de ser contingenciado, deixando a polícia sem investimentos. Só para exemplificar, em São Paulo consegue-se esclarecer menos de 2% dos crimes cujos autores não se conheçam na hora do delito. Renan Calheiros também anunciou que foi firmado um acordo com os líderes da oposição, senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN), para viabilizar mudanças na tramitação das medidas provisórias.

Curtas

Embaixador da França destaca a cobertura de CPIs

Renan Calheiros recebeu na quarta-feira o embaixador da França, Jean de Glinasty, com quem falou sobre a crise política no Brasil. O embaixador disse que "o mundo todo assiste à crise brasileira e não está acostumado a ver o desdobramento de investigações pela TV, como é feito no Brasil, com transmissão ao vivo dos trabalhos das CPIs". - Na França, a TV não poderia cobrir tudo, como acontece aqui. A maior parte dos trabalhos de uma comissão como essa, é certo, seria feita a portas fechadas.

Mudança em arrecadação preocupa Ecad

Acompanhados pelo senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), representantes do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) transmitiram, na quarta-feira, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a preocupação dos artistas com projeto de lei (532/03) que modifica a forma de pagamento de direitos autorais devidos pelos exibidores de filmes. Crivella afirmou que Renan se comprometeu a estudar o assunto. O projeto, de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), aguarda exame da Comissão de Educação (CE).

PLENÁRIO

Agências estão no "caos", diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou da tribuna que as agências reguladoras estão "mergulhadas no caos" por falta de recursos, dirigentes e pessoal. Em decorrência da baixa remuneração, segundo ele, os servidores concursados estariam evadindo-se depois da posse. Como resultado, as agências estão enfrentando sérias dificuldades para cumprir suas funções.

O parlamentar denunciou que os quadros diretivos dessas entidades estão quase sempre incompletos, com reflexos negativos para o cumprimento de suas fun-

ções de supervisionar e fiscalizar setores econômicos essenciais. Segundo ele, a situação chegou a tal ponto que 12 associações de empresas do setor elétrico encaminharam a diversos ministérios e comissões do Congresso documento apontando o "colapso" da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Cobram realização de concurso, prorrogação de contratos dos técnicos temporários e ajuste na remuneração.

- Nunca se viu na história da República que os fiscalizados solicitassem melhores condições de trabalho para os fiscalizadores

- sustentou o senador, salientando, com ironia, que o governo federal estava estabelecendo um novo marco.

Para José Jorge, a retração do produto interno bruto (PIB) no terceiro trimestre (1,2%) tem razões que vão além dos juros, do câmbio e da própria crise política. Na sua avaliação, reflete também a incompetência administrativa do governo, expressa na situação das agências reguladoras.

Ele observou que o presidente Lula já assumiu o cargo com disposição de mudar os marcos legais dessas autarquias.

Para Jefferson, ações terroristas representam falência do Estado

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que os "casos terroristas" ocorridos na semana passada, no Rio de Janeiro, refletem a falência do Estado brasileiro. A seu ver, o país está ficando "tão anestesiado e tão cego moralmente" pela crise política que os dois fatos ganharam menos destaque do que a cassação do mandato de um deputado federal. O parlamentar se referia à ação de bandidos que atearam

fogo num ônibus, deixando um saldo de cinco mortos e dezenas de feridos, bem como ao assassinato de quatro pessoas identificadas como responsáveis pelo incêndio do coletivo.

- Que aqueles fatos sirvam de alerta para que a sociedade toda se mobilize no sentido de que o país reencontre seus caminhos e comece a eliminar esse terrível *apartheid* social e a ausência do Estado que se vê hoje no país.

Lobão exige o cumprimento do Programa de Recuperação Naval

Edison Lobão (PFL-MA) clamou o governo a cumprir o Programa de Recuperação do Poder Naval, que, aprovado pelo Congresso em 2002, prevê a liberação de US\$ 7 bilhões ao longo de 18 anos. Segundo disse, os principais pontos do programa nem sequer foram iniciados.

Para o senador, caso a situação não seja revertida, a Marinha não terá condições de defender os rios e o litoral brasileiro e, especialmente, de cumprir a de-

terminação legal de fiscalizar e proteger as áreas de proteção de petróleo situadas na plataforma continental. "Se, por impossibilidade de a Marinha fiscalizar a área das plataformas de petróleo, ocorrer um acidente, isso custará muito mais caro ao Tesouro do que um programa de reaparelhamento da armada", advertiu.

Lobão ressaltou que as verbas destinadas ao setor no projeto de lei do Orçamento para 2006 são insuficientes.

Heráclito quer saber o destino dos recursos da Previc

Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou em Plenário dois requerimentos a serem encaminhados aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Previdência Social, Nelson Machado, solicitando informações sobre os valores arrecadados pela extinta Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) relativos ao recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic). Os recursos foram arrecadados na vigência da Medida Provisória 233/04, que criou a Previc e perdeu sua eficácia por não ter sido votada no prazo. Como a MP não foi aprovada, todo o acervo patrimonial da Previc, inclusive recursos e eventuais créditos decorrentes da falta de pagamento da taxa, foi vertido à União, conforme explica Heráclito Fortes na justificativa dos requerimentos. O parlamentar destaca que aposentados e pensionistas participantes de vários fundos, sobretudo a Previ, do Banco do Brasil, indagam se não estaria havendo desvio de finalidade dos recursos.

Mão Santa pede que Lula negocie com docentes

Mão Santa (PMDB-PI) criticou, sexta-feira, o governo por permitir que as universidades federais permaneçam em greve por um período que já chegou a quatro meses. Para ele, Fernando Haddad, que qualificou de "incapaz, incompetente e desconhecido", é o pior ministro da Educação da história do país. O senador acha que, se o ministro não recebe os profes-

sores, o próprio presidente Lula deveria fazê-lo, para negociar pessoalmente o fim da paralisação. Ele afirmou que Lula é "Ph.D. em greve" e que ninguém entende mais do assunto do que o presidente.

- Mas, pelo jeito, o presidente só aprendeu a fazer greve, não aprendeu a acabar com elas. O feitiço está saindo contra o feitiço - frisou Mão Santa.

O parlamentar disse que seria melhor se o governo tivesse mantido o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como ministro da Educação. Ele entregou a Paulo Paim (PT-RS) um documento dos grevistas, para ser encaminhado a Lula. Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) ressaltou que o Senado está pronto a ajudar o presidente, se necessário.



Mão Santa lembra que greve dos professores universitários já dura quatro meses

INCRA ACIONA PROPRIETÁRIOS

- Romero Jucá (PMDB-RR) revelou que fez gestões junto ao Gabinete Civil da Presidência da República visando sustar ações que estariam sendo movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Roraima contra proprietários de terra com mais de 500 hectares. O senador disse que também estava procurando entrar em contato com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, para tratar da questão.

OBRA NAS ESTRADAS - Alberto Silva (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que acelere a recuperação dos 20 mil quilômetros de estradas brasileiras cujas obras já estão licitadas pelo governo. Segundo o parlamentar, as empreiteiras estão recuperando apenas 200 quilômetros de estrada por mês, porque trabalham "na velocidade do dinheiro que recebem".

RODOVIAS - Aelton Freitas (PL-MG) comemorou a decisão do Tribunal de Contas da União de suspender a transferência de oito trechos de rodovias federais de Minas Gerais para o governo do estado. O tribunal determinou também providências imediatas para a recuperação de 2 mil quilômetros que se encontram em situação crítica. Para o senador, o mérito da decisão é o de impedir que as estradas que se encontram nessa transição caiam em abandono.

RECUPERAÇÃO DE DROGADO - Magno Malta (PL-ES) registrou sua participação em seminário sobre violência, no município de Serra (ES), no último dia 26. O parlamentar revelou que, até há poucas semanas, esse município era considerado o mais violento do país e, agora, figura em sexto lugar. Malta informou que o atual secretário de Segurança Pública da cidade, Nedir Porto, que comandou os trabalhos do seminário, é um ex-drogado, retirado das ruas por ele há 13 anos.

PLENÁRIO

Heloísa: o sistema penitenciário faliu

Ao referir-se às “idas e vindas” do traficante Fernandinho Beira-Mar por presídios de diversos estados do país, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou na segunda-feira o sistema penitenciário brasileiro. Ela considerou fato gravíssimo não haver no país prisão capaz de impedir que o criminoso, mesmo encarcerado, continue a comandar a sua rede de tráfico de drogas.

– Se é preciso promover uma turnê com Beira-Mar pelos presí-

dios brasileiros para impedir que ele, mesmo da prisão, articule os negócios do narcotráfico, é porque há falência completa do sistema penitenciário brasileiro – afirmou.

Heloísa sugeriu às famílias de policiais e carcereiros assassinados, devido à omissão do Estado na área de segurança pública, a proposição de ações de indenização contra a Fazenda Pública, como forma de corrigir a administração.

– Além de o governo não fazer

as mudanças estruturais necessárias, não faz absolutamente nada em relação à segurança pública. É essencial que as famílias lesadas processem o Estado – frisou a parlamentar.

Para Heloísa, o princípio basilar do Direito Penal brasileiro, que prevê a reinserção social do detento, torna-se ridículo em face das condições precárias dos presídios.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou seu apoio à senadora.

Osmar Dias cobra investimentos sociais

Osmar Dias (PDT-PR) informou que encaminhará requerimentos ao Ministério da Saúde e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber quais estados estão investindo em saúde e educação, cumprindo os índices constitucionais, e as providências tomadas pelo TCU em relação aos que não o fizeram.

– A obrigação do parlamentar é fiscalizar o Executivo e exigir

o cumprimento das obrigações constitucionais – afirmou.

Osmar Dias disse que o descaso com a saúde, a educação e a segurança vem dos governos federal, estadual e municipal, observando que, segundo o Comitê Interdepartamental da Área de Fiscalização (Ciafe), faltando um mês e meio para terminar o ano, o governo federal ainda não cumpriu 96% do Orçamento.

Ele deu como exemplo do caos pela falta de segurança o município de Cascavel (PR), que em 2004 registrou 75 homicídios e 380 assaltos à mão armada. O parlamentar lamentou ainda a falta de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica em várias cidades do Brasil.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiou Osmar Dias.

Ideli destaca exemplo de deficiente

Ao sublinhar que um estudante cego, surdo e portador de uma doença que atrofia membros do corpo sagrou-se campeão nacional da 1ª Olimpíada de Matemática, promovida pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o exemplo de superação seja seguido pelos políticos.

– Espero que os que ouvem, enxergam e não têm atrofia nos membros possam ter um pouco mais de sensibilidade e um comportamento ade-

quado aos interesses do país – afirmou.

Aluno da 6ª série da Escola Classe 405 Sul, de Brasília (DF), Paulo Santos Ramos, 12 anos, concorreu com 10 milhões de estudantes de mais de 31 mil escolas públicas. Ideli registrou afirmação da professora da UnB Denise Fleith de que a conquista de Paulo vai derrubar mitos, como a de somente pessoas das classes mais favorecidas e sem necessidades especiais podem ter potencial de superdotação desenvolvido.

Dívida de aposentados preocupa Agripino

José Agripino (PFL-RN) manifestou-se preocupação com o endividamento dos aposentados e pensionistas em razão dos programas de crédito consignado dos bancos brasileiros.

– É perversidade pura induzir o velhinho que ganha entre um e dois salários mínimos a tomar um empréstimo para, muitas vezes, fazer compras supérfluas – alertou o senador.

Agripino afirmou que a prestação média desses empréstimos, de cerca de R\$ 40 por mês, faz falta aos mais pobres. Segundo ele, em seu estado já há advo-

gados solicitando que as prestações deixem de ser debitadas diretamente nos salários dos aposentados.

O líder do PFL informou que 3,4 milhões de aposentados e pensionistas com renda de até dois salários mínimos tomaram um total de R\$ 4,6 bilhões. Em média, os que ganham R\$ 300 por mês devem R\$ 1.260 e aqueles que recebem entre R\$ 300 e R\$ 600 devem R\$ 1.600.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que apenas o sistema financeiro ganha com os empréstimos. Já Sibá



José Agripino aponta o endividamento resultante dos empréstimos consignados

Machado (PT-AC) argumentou que o objetivo desse tipo de crédito é possibilitar que os mais pobres tenham acesso a dinheiro em caso de necessidade.

PROFESSORES - Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao ministro do Planejamento que pague, antes do Natal, a Gratificação de Atividade Docente a 4.500 professores de Rondônia, conforme determinação do Superior Tribunal de Justiça. Os professores lutam pelo pagamento desde 2001 e o governo não pode mais recorrer contra a gratificação, que aumenta os salários em cerca de 30%.

PNAD - Mão Santa (PMDB-PI) criticou o entusiasmo do governo federal com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004, divulgados pelo IBGE na semana passada, e protestou contra a desistência do grupo Arcelor Brasil de instalar uma usina siderúrgica próxima ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA).

FILMES - Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou dois filmes brasileiros e recomendou aos senadores que assistissem a *Cinema, Aspirinas e Urubus*, dirigido por Marcelo Gomes; e *Vinícius*, documentário do diretor Miguel Faria Júnior sobre a vida e a obra do compositor e poeta Vinícius de Moraes. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) enalteceu Eduardo Suplicy, elogiando sua atuação na CPI dos Bingos.



FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

Para Tião Viana, regulamentação da Emenda 29 à Constituição pode impedir desvios de verbas para outras áreas

Tião Viana quer regras para gastos com saúde

Ao elogiar a matéria do jornalista Ricardo Westin, do jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Brecha na lei tira R\$ 9 bilhões da saúde”, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a forma de impedir esse tipo de desvio seria a regulamentação da Emenda Constitucional 29 com a aprovação do projeto de lei complementar (PLS 35/02) de sua autoria, que estabelece regras mais claras para os investimentos em saúde. O projeto foi aprovado pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

A Emenda 29, do ex-deputado Eduardo Jorge, assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, determinan-

do o percentual a ser previsto no Orçamento e gasto com saúde pela União, estados e municípios. Mas, lamentou Tião Viana, como o Congresso ainda não votou a lei que a regulamenta, alguns governantes não se sentem obrigados a cumprir seus dispositivos. Segundo Viana, não houve cumprimento da Emenda 29 em 12% dos municípios – cerca de 600 – de quatro estados.

O senador destacou também a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) 2004, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que “traz para a sociedade brasileira dados confortantes e a esperança de reversão da curva de desigualdades no Brasil”.

Ana Júlia defende trabalho de promotora

Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez apelo ao procurador-geral de Justiça do Pará para que a 3ª promotora de Justiça de Itaituba (PA), Elaine de Souza Nuayed, não seja transferida. De acordo com a senadora, Elaine está investigando desvios de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização

do Magistério (Fundef). A parlamentar afirmou que o papel dos promotores públicos é justamente esse, “defender os interesses da sociedade”.

– Há um interesse político muito grande no afastamento da promotora, que teve a coragem de investigar um prefeito: Roselito da Silva Soares, do PSDB – destacou.

Tourinho pede construção de gasoduto

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a reativação da obra do Gasoduto Cacimbas-Catu, o Gasene, como solução para a possível falta de energia no Nordeste a partir de 2009. O Gasene, explicou o senador, transportará gás natural do Sudeste para garantir o suprimento do Nordeste, eliminando também as restrições atuais de abastecimento.

Saturnino lamenta impasse sobre unidade da Petrobras

Roberto Saturnino (PT-RJ) lamentou impasse criado pelo governo do Rio de Janeiro em relação à localização da nova Unidade Petroquímica Integrada (UPI) da Petrobras no estado. De acordo com o senador, o município de Itaguaí foi eleito por razões técnicas e, no entanto, o governo estadual quer impor a instalação da UPI no norte fluminense, por razões políticas e inaceitáveis.

INTEGRAÇÃO - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do governo mais rapidez na implementação de acordos de integração entre a Venezuela, a Guiana Francesa e o Brasil. O senador fez um apelo para que se agilize a implantação de áreas de livre comércio nas cidades roraimenses de Pacaraima e Bonfim, que fazem fronteira com Venezuela e Guiana, respectivamente.

ZONA FRANCA - Papaléo Paes (PSDB-AP) exigiu do governo federal maior atenção aos estados do Norte, em especial o Amapá, por meio de investimentos que possibilitem o desenvolvimento sustentável da região. Para isso, o senador apresentou projeto de lei, no dia 4 de outubro, em que propõe a criação da Zona Franca de Macapá e Santana, à semelhança da Zona Franca de Manaus.

Voz do Leitor

TRABALHADOR RURAL

“Sugiro que o Senado Federal apóie mais o homem do campo, criando leis dignas ao trabalho rural a fim de fortalecer o agronegócio e favorecer o surgimento de microempresas que possibilitarão mais empregos, evitando assim o êxodo rural.”

Antônio Benedito Torres de Oliveira, de Apodi (RN)

FLORESTA AMAZÔNICA

“Sugiro que as autoridades competentes reavaliem a forma como está sendo fiscalizado o desmatamento na Amazônia. Será que é tão difícil fiscalizar a área ou o governo se abstém de suas obrigações perante forças capitalistas maiores que visam única e exclusivamente o capital sem nenhuma obrigação social, cultural e ecológica?”

José Maria Carneiro, de Pindoretama (CE)

SUGESTÃO

“Solicito que o Senado abra espaço em sua página na Internet para a população apresentar sugestões sobre as matérias em discussão na Casa.”

Júlio César Cardoso, de Porto Alegre (RS)

PRESIDENTE

“Por que os parlamentares discriminam tanto o presidente da República e cobram tanto dele, se ele foi eleito com o Brasil imerso em problemas de todas as naturezas e, ainda, melhorou a situação do país?”

Erlando Vasconcelos César, de Tianguá (CE)

CORRUPÇÃO

“O Brasil tem índices

elevados de corrupção, o que revolta imensamente a sociedade civil. Será que um dia o país terá leis sérias capazes de evitá-la?”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

QUEBRA DE SIGILO

“Já que a política brasileira está numa situação muito delicada, sugiro que todos os parlamentares autorizem a quebra de sigilo de suas contas bancárias.”

Antônio Carlos Reis, de Uberlândia (MG)

SALÁRIO MÍNIMO

“O repasse aos aposentados deve ser integral e não parcial. Sugiro um projeto sobre a equiparação dos reajustes do salário mínimo também com os das aposentadorias de quem se aposenta com um valor superior a ele.”

José Unaldo de Lima, de Nossa Senhora das Dores (SE)

VERBAS

“Gostaria de pedir que os ministérios da Saúde e da Ação Social e de Combate à Fome liberem verbas para a prefeitura de Muriaé, a serem destinadas à área de saúde e para a criação de cursos profissionalizantes e de vagas de emprego.”

Luiz Carlos Mazan, de Muriaé (MG)

URNAS

“Só se ouve falar em CPIs, corrupção, pizza e Fome Zero. Será que os parlamentares esperam no ano que vem receber das urnas um outro 'não', como o do referendo, ou o voto em branco da sociedade brasileira?”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

BOLSA-FAMÍLIA

Célio Leandro Pires Jardim, de São Gonçalo (RJ)

“Senador Marcelo Crivella, como o cidadão deve proceder para se cadastrar no programa Bolsa-Família?”

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) responde:

Caro Célio Leandro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) surgiu da fusão de outros órgãos, dentre eles a Secretaria Executiva do programa Bolsa-Família. O MDS atua em três áreas básicas: segurança alimentar, assistência social e renda da cidadania. Nesta área está incluso o programa Bolsa-Família, ou Programa de Transferência de Renda com Condicionais, que também faz parte do programa Fome Zero. O objetivo do Bolsa-Família é garantir uma renda mensal às famílias pobres do nosso país. Mas não é só isso. Ele também promove o acesso à segurança alimentar, à educação, aos serviços públicos de saúde e à assistência social básica e especial. Com esse programa, o governo unificou todas as transferências de benefícios financeiros destinados ao atendimento de famílias carentes, antes dispersos em diversos programas, como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás. Podem receber benefícios do programa as famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 100 por mês. Todas as informações e exigências para se inscrever no Bolsa-Família poderão ser obtidas nas prefeituras, nos órgãos responsáveis pelo programa em seus municípios. Na prefeitura de São Gonçalo você ficará sabendo qual será o valor do benefício, quanto tempo poderá permanecer no programa e quais as obrigações a cumprir para se manter nele. De qualquer forma, a inclusão de novas famílias no Bolsa-Família depende da inclusão dos novos pretendentes no chamado Cadastro Único. Essa é uma pré-condição para a seleção de novos beneficiários, que depende ainda do número de vagas disponíveis em cada estado e município. Outras informações, diretamente com o MDS, ligando gratuitamente para 0800-5740101.



NEPOTISMO

Nicolas José Crispim da Silva, de Consolação (MG)

“Senador Alvaro Dias, por que a demora na aprovação do projeto de lei que trata do nepotismo? O que as leis em vigor no país dizem a respeito desse assunto?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Prezado Nicolas, um conceituado antropólogo brasileiro já afirmou com muita propriedade que, se as leis fossem capazes de proibir o nepotismo, bastaria inventá-las. A visão antropológica com sabedoria ressalta que a revolução ética em nosso país não virá por decreto ou medida provisória. O tempo e a tramitação da lei mencionada estão inseridos na dinâmica do processo legislativo. Merece registro a aprovação, em outubro, pelo Conselho Nacional de Justiça, da Resolução nº 7, que veda a prática de nepotismo no Poder Judiciário. A norma prevê a exoneração, no prazo de 90 dias, contados a partir da publicação da resolução, de ocupantes de cargos em comissão ou de função gratificada abrangidos pelo dispositivo. São várias as iniciativas legislativas nos estados e municípios para coibir o nepotismo.



Frases

“Não posso ser cassado por minha história, pois tenho as mãos limpas e não sou réu confesso”

José Dirceu, em seu discurso de defesa, reforçando que não havia provas para a sua cassação.

“Ninguém está pedindo a perda do seu mandato pela sua história, mas justamente porque, com as suas atitudes como ministro-chefe da Casa Civil, Vossa Excelência negou o seu passado”

Júlio Delgado, deputado e relator do processo de cassação do mandato de José Dirceu.

“A oposição está agindo como um tribunal de exceção, desrespeitando a presunção à inocência e o direito de todo cidadão de recorrer à Justiça”

Aloizio Mercadante, condenando a oposição, antes do julgamento de José Dirceu.

“Já cumpri o meu papel na política brasileira. Não acredito que volte a cumprir este papel”

José Dirceu, em entrevista coletiva um dia depois da cassação de seu mandato.

“Não há sentido um país que se pretende de primeiro mundo ter salário mínimo de quarto mundo”

Renan Calheiros, após receber líderes sindicais que participaram da II Marcha em Defesa do Salário Mínimo.

“Se as CPIs não chegarem a um resultado, o culpado é o STF, que não quer que se apure nada por lá [no governo]”

Antonio Carlos Magalhães, afirmando que o trabalho das CPIs está sendo desmoralizado pela concessão de liminares impedindo o acesso a informações sigilosas.

“Pela primeira vez nos últimos 23 anos, o governo Lula reverteu a concentração de renda”

Ideli Salvatti, comemorando dados do IBGE que mostram o recuo da pobreza no país em 7%, a maior redução em 23 anos.

“O Brasil ficou para trás, jogou fora a oportunidade e não desfrutou essa prosperidade”

Tasso Jereissati, para quem o país não recuperará a queda do PIB, em tempos de grande crescimento econômico mundial.

Foto da Semana

Tenso em meio aos seus pares, o ainda deputado federal José Dirceu (PT-SP) escuta o implacável relatório de Júlio Delgado (PSB-MG) que denunciou sua derrota e a conseqüente perda do mandato. Com 293 votos favoráveis à sua saída, contra 192 por sua permanência, o ex-homem forte do governo protagonizou o primeiro julgamento de um petista por denúncias de envolvimento em corrupção



MARCIA KALLUME

TV tem especial sobre os yawanawás

A TV Senado apresenta na sexta-feira, às 22h30, um especial sobre a história e os costumes da tribo indígena yawanawá – cujo nome significa "povo da queixada" – como parte da série *Repórter Senado*. A rádio, por sua vez, destaca um debate ao vivo na segunda, às 12h, sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Apresenta ainda a obra de poetisas brasileiras e, na sua programação musical, o som do flautista Carlos Poyares e de Heitor Villa-Lobos.

Os índios yawanawás vivem no Acre, às margens do rio Gregório. Para produzir o especial que a TV Senado lança nesta sexta, a equipe da emissora esteve com a tribo para retratar os costumes

e a história desse povo indígena, que, apesar de ter sofrido perdas culturais depois do contato com os seringueiros da Amazônia, luta para manter viva a sua cultura. O programa tem reprise no sábado, às 16h30 e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Na Rádio Senado, a nova Sudene, agência de desenvolvimento do Nordeste idealizada pelo economista Celso Furtado, é o tema do *Conexão Senado*, nesta segunda ao meio-dia. O debate é ao vivo, e conta com a participação dos ouvintes pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777, ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.

A programação cultural da rádio apresenta interpretações de obras das poetisas Clarice

Lispector, Elisa Lucinda e outras no *Prosa e Verso*, que vai ao ar no sábado às 9h. Nesse mesmo dia, às 16h, a emissora transmite o *Música do Brasil*, que tem o flautista Carlos Poyares, considerado um dos melhores flautistas brasileiros por Altamiro Carrilho. A atração traz *Flor Amara*, de Joaquim Callado; *Odeon*, de Ernesto Nazareth; *Tico-Tico no Fubá*, de Zequinha de Abreu; *Flamengo*, de Bonfiglio de Oliveira; *Ainda me Recordo*, de Pixinguinha.

Ainda no sábado, dia 9, às 11h,



o *Música Erudita e seus Mestres* apresenta a obra *A Floresta Amazônica*, de Villa-Lobos, com a voz lírica da soprano Bidu Sayão.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

O Direito Constitucional brasileiro detalhado

ALEXANDRE GUIMARÃES

Em 2004 o Senado Federal publicou a primeira edição do *Curso de Direito Constitucional*, que, neste ano, ganhou uma nova versão revista e atualizada até a Emenda Constitucional 47/05. De autoria do professor Henrique Savonitti Miranda, um dos grandes especialistas da área, a obra já é considerada uma das melhores publicadas sobre o assunto nos últimos anos.

A didática e o esmero profissional utilizados fazem com que o texto seja de fácil leitura e compreensão, sem perder de vista nenhum dos conteúdos e sem torná-los simplificados a ponto de não haver o necessário aprofundamento dos temas abordados.

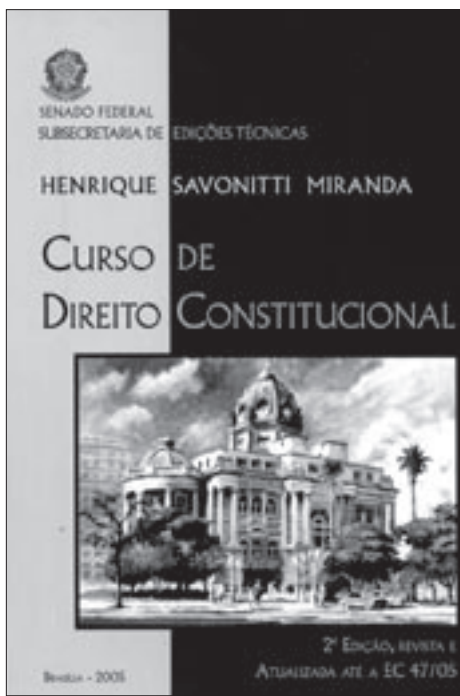
Em seus 16 capítulos, são arrolados temas como hermenêutica constitucional, garantias fundamentais, direitos coletivos, individuais, sociais e políticos, organização do Estado brasileiro e dos Poderes e processo legislativo.

Destacam-se dois temas, que também são os mais recorrentes nas provas de concursos públicos: controle de constitucionalidade e administração pública. Nestes capítulos, Savonitti Miranda

detalha e ressalta os principais pontos, esclarecendo dúvidas que possam surgir durante o estudo.

No último capítulo é feito um histórico das Constituições brasileiras, no qual se pode verificar a evolução do processo democrático desde a primeira Carta Magna, de 1824, à reforma constitucional de 1993.

O *Curso de Direito Constitucional* é obra de cabeceira para todos que estejam estudando a matéria, como bacharelados de Direito e concursandos, assim como é leitura obrigatória para profissionais e cidadãos interessados em se aprofundar no entendimento da Constituição federal.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Curso de Direito Constitucional*, com 714 páginas e publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Integração do Poder Legislativo em debate

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Diretor Nacional do Interlegis, senador Efraim Moraes (PFL-PB) fizeram a abertura oficial do 4º Seminário Nacional Interlegis, ocorrido entre os dias 1º e 2 de dezembro no Centro de Convenções de Maceió (AL). O evento reuniu parlamentares e servidores do Legislativo de todo o país para debater democratização, aprendizado e transparência nas ações do Poder em suas esferas nacional, estadual e municipal.

Um dos destaques do encontro foi a assinatura do protocolo de intenções técnico-cultural entre o Senado e a Assembléia Legislativa de Alagoas para criar a Escola do Legislativo no estado. O objetivo da escola é oferecer capacitação, formação e reciclagem para os servidores das assembleias estaduais, que passarão a ser replicadoras de conhecimento para os municípios. A Assembléia de Alagoas será a 22ª a aderir à



Seminário em Maceió reúne senadora Heloísa Helena, deputado Celso Luiz e senadores Renan Calheiros e Efraim Moraes

iniciativa do Senado.

Dentre os temas abordados nas palestras do evento, destacaram-se: o papel do vereador; *marketing* político, com uma abordagem analítica do *marketing* permanente necessário aos parlamentares; e a eficiência da

Internet como ferramenta de comunicação para o Legislativo.

O seminário contou ainda com painéis de debates sobre a formação de comunidades virtuais, as atividades do Interlegis nos últimos cinco anos e "Experiências da Comunidade Interlegis".

O que é o programa Interlegis

Criado em 1997, por meio de um convênio firmado pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Interlegis tem como objetivo modernizar e integrar o Poder Legislativo brasileiro. De lá para cá, o Programa interligou o Congresso Nacional, as 26 assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Contas da União e 80% das câmaras municipais, que foram dotados com uma sala de videoconferência em que é possível oferecer cursos à distância e promover debates. O recurso vem sendo intensamente utilizado para viabilizar

fóruns de discussão entre parlamentares, consultores e servidores do Legislativo.

Mas é nos municípios que o principal feito do programa se revela. O Interlegis tem conseguido democratizar o acesso à informação em todo o país, viabilizando o acompanhamento e o aperfeiçoamento contínuo do processo legislativo em todas suas esferas. Entre os temas abordados nos cursos do Interlegis estão orçamento público, qualidade, papel do vereador, Lei de Responsabilidade Fiscal, processo legislativo, administração e técnica legislativa e história do Parlamento. Os cursos também são ministrados de forma presencial.

Conheça o Senado



Há dez anos, estudantes universitários de oito instituições do Distrito Federal atuam como estagiários em diversas áreas da Casa

Senado qualifica novos profissionais

O Senado Federal completa este ano uma década de oferta de estágios remunerados para estudantes universitários de instituições de ensino conveniadas. O objetivo do programa é promover a integração do meio acadêmico com o profissional, de forma a complementar o aprendizado dos estudantes de nível superior.

Cerca de 450 a 500 universitários estão em atividade na Casa anualmente. No Distrito Federal há oito instituições conveniadas, entre elas a Universidade de Brasília (UnB). São aceitos alunos de diversos

cursos, como Administração de Empresas, Arquitetura e Urbanismo, Direito, História, Psicologia, Relações Internacionais, Turismo, entre outros.

Para participar da seleção, o candidato deve estar matriculado no 4º semestre do curso e pelo menos no 5º semestre no caso de Comunicação Social (habilitação Jornalismo).

A seleção dos estagiários é feita por meio de entrevista realizada pela Coordenação de Estágios do Senado. Os candidatos devem apresentar currículo e mantê-lo atualizado a cada ano, sob pena de serem

excluídos da lista.

Para participar, os estudantes não podem ter qualquer vínculo empregatício com o Senado.

A duração do estágio é de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, sem ultrapassar o limite de 24 meses. Como estagiário, o universitário deve cumprir quatro horas diárias, sempre compatíveis com a grade horária do seu curso.

Os que descumprirem obrigações assumidas são desligados do programa, assim como os que interromperem ou concluírem o curso universitário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



BRUNO RADICCHI/BRASILIOESTE



ANA NASCIMENTO/ABI



NICK COBBING/GREENPEACE

Aumento da temperatura do planeta pode estar sendo causado pelo avanço das atividades industriais e pelas queimadas, e pode levar ao derretimento de geleiras

Aquecimento afeta a vida na Terra

A preocupação com o aquecimento global – o aumento da temperatura terrestre – volta a ganhar destaque com a realização da 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, que começou em 28 de novembro no Canadá e vai até sexta-feira. Entre as possíveis causas do aumento da temperatura da Terra, ainda em estudo, é

apontado o uso de combustíveis fósseis e outros processos industriais, que levam à acumulação na atmosfera de gases que intensificam o chamado efeito estufa.

Esse efeito, um processo natural, é a forma que a Terra tem para manter sua temperatura constante. Cerca de 35% da radiação solar que o planeta recebe é refletida e volta para o espaço, ficando

os outros 65% retidos na Terra, de forma semelhante à retenção de calor em uma estufa. Isto se deve principalmente aos raios infravermelhos de gases como dióxido de carbono (gás carbônico ou CO₂), metano, óxidos de azoto e ozônio, presentes na atmosfera, que retêm a radiação na Terra. Sem essa retenção, o planeta seria frio demais (aproximadamente -18°C)

e inviabilizaria várias formas de vida em sua superfície. A emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa, sobretudo como consequência de atividades humanas, no entanto, tem sido excessiva e isso pode estar causando o aquecimento global. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* as possíveis causas e consequências desse fenômeno.

Causas e consequências

De acordo com o meteorologista do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTE) Carlos Nobre, nos últimos anos a Humanidade injetou na atmosfera gases que aumentam o efeito estufa, provenientes, principalmente, da utilização de petróleo, gás natural e carvão, além das queimadas em florestas. Essa é, segundo Nobre, a mais provável explicação para a temperatura média do planeta ter subido 0,7°C no último século. Os animais liberam CO₂ na respiração, mas essa emissão é equilibrada pelos vegetais, que absorvem o gás carbônico na fotossíntese. Já a emissão de CO₂ pela queima de combustíveis fósseis não é compensada, nem a destruição de florestas. Outro gás de efeito estufa que também tem aumentado de forma preocupante é o metano, que apesar de liberado em quantidades menores que o CO₂, é vinte vezes mais potente que ele. O aquecimento também pode ser resultado de uma flutuação natural de temperatura. "Não existe certeza, mas há sinais que indicam que a causa seja mesmo a potencialização do efeito estufa", explica Nobre. O primeiro sinal é que o aquecimento da atmosfera não está sendo uniforme (como ocorre num aumento natural da temperatura por estar entrando mais radiação solar). "Só recentemente sondas chegaram à estratosfera, e verificou-se um esfriamento nas altas camadas da atmosfera,

apesar do aquecimento na superfície", diz. Outro sinal são simulações científicas que também evidenciam a "culpa" dos gases.

Mudança de clima gera desequilíbrio

Os cálculos ainda são imprecisos, mas a previsão é que o aumento pode oscilar de 1,40°C a 5,8°C até o final do século. Segundo um dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, um aquecimento desta ordem de grandeza:

- ▶ vai alterar os climas em nível mundial (mais calor e enchentes em algumas áreas, e secas crônicas em outras);
- ▶ pode ocasionar o derretimento das calotas polares, com desaparecimento de algumas geleiras e o consequente aumento do nível médio das águas do mar de 30 a 50 cm. Ecossistemas poderão ser atingidos e os habitantes serão prejudicados com o alagamento das ilhas e regiões litorâneas baixas;
- ▶ trará prejuízos à produção agrícola, com redução das colheitas em muitas regiões tropicais e subtropicais;
- ▶ vai aumentar a umidade e o calor, que facilitam a proliferação de insetos e das doenças por eles transmitidas, como malária e dengue;
- ▶ aquecerá as águas, ocasionando o desvio de curso de correntes marítimas e a extinção de animais marinhos. Tufões, furacões, maremotos e enchentes podem ocorrer com mais intensidade.

Tratado de Kyoto

Na busca de uma legislação internacional sobre o problema do aquecimento, em maio de 1992 foi aprovado pela ONU o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Meses depois, no Brasil, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), 154 países e a Comunidade Européia firmaram a convenção.

Em 1997, esses países voltaram a se reunir no Japão e negociaram o Protocolo de Kyoto, que prevê reduzir e controlar as emissões de gases do efeito estufa, tendo sido estabelecida uma meta global de diminuir em 5,2% os níveis registrados em 1990. Os países assumiram diferentes metas percentuais dentro da global, e têm prazos de 2008 a 2012 para atingi-las. No Brasil, o Senado e a Câmara ratificaram o protocolo pelo De-

creto Legislativo 144/02.

Em fevereiro de 2005, 141 países firmaram o protocolo, que passou a tratado, com a meta de limitar as emissões de 39 países industrializados. Aos países em desenvolvimento, o Tratado de Kyoto não fixa metas.

Austrália e Estados Unidos não assinaram o tratado, alegando que China, Brasil, Índia e México talvez já tenham ultrapassado os limites de emissão e, portanto, também deveriam cumprir metas. Alegam ainda que suas indústrias teriam grandes prejuízos se reduzissem a emissão de gases.

Incentivo a tecnologias não poluentes

O tratado cria o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite aos países desenvolvidos, em vez de cortar emissões nas fontes, comprar

direitos (os chamados créditos de carbono) dos países que emitiram menos CO₂ do que teriam direito e contabilizar as reduções como se tivessem ocorrido em seus países, comprometendo-se a investir em projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento. O meteorologista do CPTE Carlos Nobre acredita que o maior benefício do tratado será incentivar a disseminação de tecnologias não poluentes.

Agora, está em discussão no Canadá o segundo período de compromisso, que começa em 2012. Nobre diz que o caminho para o Brasil reduzir as emissões será uma política de desenvolvimento para a Amazônia sem desmatamento, aproveitando a biodiversidade da floresta. "Nossa geração de energia já é bem limpa, mas 70% das emissões no país vêm das queimadas", diz.

Águas mais quentes ameaçam cardumes na Amazônia

O aquecimento global seria a causa do aumento de temperatura das águas e da alteração do regime de chuvas, dos padrões de correntes e do nível do mar, segundo indica o relatório "Estamos lançando os peixes em água quente?", da Rede WWF, divulgado em novembro.

A água mais quente significa

menor reprodução, menos alimento e oxigênio para os peixes. "Os estoques pesqueiros e os ecossistemas aquáticos serão os primeiros a refletir os impactos das mudanças climáticas", diz Antonio Oviedo, técnico do Programa Amazônia da WWF Brasil. Segundo ele, em regiões como a Amazônia, um aumento de um

ou dois graus pode acelerar o metabolismo dos peixes e reduzir o oxigênio dissolvido, causando a morte de cardumes inteiros.

O processo poderia provocar ainda a migração de algumas espécies para águas mais frias e, com isso, reduzir as fontes de alimento e afetar a cadeia alimentar da região.

Fonte: WWF Brasil

Atitudes que podem ajudar o planeta

- ▶ Preferir o uso de transportes públicos aos particulares.
- ▶ Consumir somente o necessário.
- ▶ Comprar produtos de origem local e privilegiar alimentos orgânicos.
- ▶ Adotar, se possível, um esquema de energia renovável, como biocombustíveis, energia solar e eólica.
- ▶ Contribuir para a preservação e a conservação de áreas verdes.

Fonte: Centro Clima

Informações

Ministério da Ciência e Tecnologia
Tel.: (61) 3317.7505
www.mct.gov.br
Protocolo de Kyoto: www.mct.gov.br/clima/kioto/protocol.htm

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)
Tel.: (12) 3186-8400
<http://www.cptec.inpe.br>

Ministério do Meio Ambiente
Tel.: (61) 3317-1000
www.mma.gov.br

Rede WWF - Brasil
Tel.: (61) 3364-7400
www.wwf.org.br

Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas (IPCC)
www.ipcc.ch

Instituto Nacional de Meteorologia
Tel.: (61) 3344-0500
www.inmet.gov.br

Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (Centro Clima)
www.centroclima.org.br

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas/UFRJ
Tel.: (21) 2562-7070
www.forumclima.org.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Linha Verde: 0800 61-8080
www.ibama.gov.br



Parte do calor solar que chega à superfície da Terra e que deveria voltar ao espaço fica retida devido ao aumento acentuado de gases, elevando a temperatura média do planeta.